

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE E DA JUSTIÇA

“Homens de Verdade”: (Des)Construção de Masculinidades de Homens Trans

Matilde da Costa Morais Soares

M

2020



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

**“HOMENS DE VERDADE”: (DES)CONSTRUÇÃO DE
MASCULINIDADES DE HOMENS TRANS**

Matilde da Costa Moraes Soares

novembro, 2020

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora **Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira** (FPCEUP) e coorientada pela Professora Doutora **Liliana Graciete Fonseca Rodrigues** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

(...)

Não nascemos homens, tornamo-nos

Modelamo-nos

Conscientemente

Questionamo-nos:

O que faz de mim homem?

Que homem eu quero ser?

E aquilo que somos está entre o que nos formou e o que queremos

Porque somos o querer

Somos pulsantes querereres

Todos nós

(...)

Caio Tedesco (2019)

Agradecimentos

À Professora Conceição Nogueira e à Professora Liliana Rodrigues, por me incentivarem e me permitirem ser cada vez melhor. Por serem impulsionadoras de todo este questionamento e vontade de resistência. É sempre um privilégio.

À Paula Sandrine Machado e à Rafaela Vasconcelos, por me terem recebido e por se terem feito amigas para além de orientadoras. Pelas conversas, pelas gargalhadas e por todo o conhecimento partilhado. A Sofia Favero, que me fez querer ser melhor em tudo.

A Porto Alegre – cidade que se fez segunda casa –, aos amigos que me deu, e à “celebração da amizade”, como diria Eduardo Galeano.

Às mulheres que me foram apoiando ao longo dos últimos anos. Às amigas que a faculdade me trouxe, por serem inspiração em todas as horas, e àquele cantinho no “pátio de trás”, onde passamos tanto tempo. À Rita, que sempre me segurou a mão nesta caminhada e que, mesmo longe, esteve sempre presente. À Inês, com quem eu mais aprendo e me (des)construo enquanto pessoa. À Mars e à Juca que estão sempre lá quando é mais preciso. À Rafaela, que esteve sempre disponível para ouvir os meus lamentos, mas que também me obrigou a parar para festejar o que havia a ser celebrado.

À minha família, os 10 de sempre, que tornaram tudo isto possível, que sabiam que eu era capaz mesmo quando eu duvidei. À minha avó pelo carinho e por me deixar ser “a preferida”. Ao meu avô por ser símbolo de coragem. À minha mãe que me deu tudo e mais alguma coisa para conseguir chegar aqui. Ao meu pai que me ensinou a não levar tudo tão a sério. À Helena, ao Miguel e ao João, por me fazerem rir e não me terem deixado crescer sozinha. À minha tia, que me ensinou a gostar de estudar e fez a revisão desta tese uma e outra vez.

À “comunidade” LGBTI, que continue a ser casa, abrigo, aconchego.

E, por fim, a todos os homens trans que aceitaram conversar comigo, que continuem a ser verdadeiros para si mesmos.

Resumo

Este trabalho pretende explorar o modo como homens trans (des)constróem as suas masculinidades enquanto têm de, simultaneamente, lidar com as pressões e expectativas impostas pela masculinidade hegemónica e pelos discursos biomédicos acerca das identidades trans, que ditam o que é ser um “homem de verdade”.

Deste modo, adotamos uma perspetiva *queer*, construcionista, interseccional e feminista trans – que nos permite um olhar crítico relativamente aos sistemas e dispositivos normatizadores das identidades e dos corpos, possibilitando assim processos de desconstrução destes modelos cisheteronormativos, essencialistas e patologizadores.

Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas a 12 homens trans, em Portugal e no Brasil. Para a sistematização dos dados, procedeu-se à análise temática, segundo as propostas de Braun e Clarke (2006), tendo emergido 5 temas: (i) Pressões para ser um “homem de verdade”; (ii) Negociações com os discursos biomédicos; (iii) Negociações com a masculinidade hegemónica; (iv) Reconhecimento como “homem de verdade”; e (v) Construção de masculinidades alternativas. Todos estes temas se encontram relacionados entre si através de um organizador central designado “Homens de verdade”, que denota o constante confronto entre homens trans e as noções dominantes que insistem em definir o que é “ser homem” e o que é “ser masculino”.

Este trabalho finaliza com uma reflexão crítica acerca das duas dimensões centrais aqui exploradas – as identidades trans e as masculinidades –, entendendo-se como fundamental a desconstrução do modelo biomédico e do modelo hegemónico de masculinidade, que restringem e limitam as vivências de homens trans. Assim, mostra-se necessário valorizar um paradigma de autodeterminação e potenciar uma prática psicológica não baseada em definições essencialistas e patologizadoras sobre as identidades e as expressões de género. Por fim, este trabalho de investigação pretende contribuir não só para a promoção de vidas mais livres e espontâneas, mas também para o reconhecimento da diversidade de identidades trans e da multiplicidade de formas de “ser homem”, como sendo igualmente legítimas.

Palavras-chave: Homens trans; masculinidades; masculinidade hegemónica; modelo biomédico; despatologização; análise temática.

Abstract

The present work aims to explore the ways in which trans men (de)construct their masculinities while simultaneously having to deal with the pressures and expectations imposed by hegemonic masculinity and by biomedical discourses about trans identities, which dictate what it is to be a “real man”.

Hence, we adopt a queer, constructionist, intersectional and trans feminist perspective – which allows us to take a critical look at the normalizing systems of identities and bodies, thus enabling processes of deconstruction of these cisheteronormative, essentialist and pathological models.

Semi-structured individual interviews were conducted with 12 trans men in Portugal and Brazil. For the systematization of the data, thematic analysis was carried out, according to the proposals of Braun and Clarke (2006), with 5 themes emerging: (i) Pressures to be a “real man”; (ii) Negotiations with biomedical discourses; (iii) Negotiations with hegemonic masculinity; (iv) Recognition as “real men”; and (v) Construction of alternative masculinities. All these themes are related to each other through a central organizer called “Real Men”, which denotes the constant confrontation between trans men and the dominant notions that insist on defining what it is to “be a man” and what it is to “be masculine”.

We conclude with a critical reflection on the two central dimensions explored in this work – trans identities and masculinities –, understanding as fundamental the deconstruction of the biomedical model and the hegemonic model of masculinity, which restrict and limit the experiences of trans men. Therefore, it is necessary to value a paradigm of self-determination and enhance a psychological practice that is not based on essentialist and pathologizing definitions about gender identities and expressions. Finally, this research work aims to contribute not only to the promotion of freer and more spontaneous lives, but also to the recognition of the diversity of trans identities and the multiplicity of forms of “being a man” as equally legitimate.

Keywords: Trans men; masculinities; hegemonic masculinity; biomedical model; depathologization; thematic analysis.

Résumé

Ce travail se propose d'explorer la manière dont les hommes trans (dé)construisent leurs masculinités tout en ayant simultanément à faire face aux pressions et aux attentes imposées par la masculinité hégémonique et les discours biomédicaux sur les identités trans, qui dictent ce que c'est d'être un «véritable homme».

Nous adoptons donc une perspective queer, constructionniste, intersectionnelle et féministe trans – qui nous permet de porter un regard critique sur les systèmes normatifs et sur les dispositifs des identités et des corps, permettant ainsi des processus de déconstruction de ces modèles cishétéronormatifs, essentialistes et pathologisants.

Des entretiens individuels semi-structurés ont été menés avec 12 hommes trans au Portugal et au Brésil. Pour la systématisation des données, une analyse thématique a été réalisée, selon les propositions de Braun et Clarke (2006), d'où ont émergé 5 thèmes: (i) Pressions pour être un «véritable homme»; (ii) Négociations avec les modèles biomédicaux; (iii) Négociations avec la masculinité hégémonique; (iv) Reconnaissance en tant que «véritables hommes»; et (v) Construction de masculinités alternatives. Tous ces thèmes sont liés les uns aux autres via un organisateur central appelé «Vrais hommes», qui révèle la constante confrontation entre les hommes trans et les notions dominantes qui persistent à définir ce qu'est «être un homme» et ce qu'est «être masculin».

Ce travail se termine par une réflexion critique sur les deux dimensions centrales explorées – les identités trans et les masculinités –, considérant fondamentale la déconstruction du modèle biomédical et du modèle hégémonique de la masculinité, qui restreignent et limitent les expériences des hommes trans. Ainsi, il s'avère nécessaire de valoriser un paradigme d'autodétermination et de stimuler une pratique psychologique non fondée sur des définitions essentialistes et pathologisantes des identités et des expressions de genre. Pour finir, ce travail de recherche a pour objectif de contribuer non seulement à la promotion de vies plus libres et plus spontanées, mais aussi à la reconnaissance de la diversité des identités trans et de la multiplicité des manières d'«être un homme» comme étant également légitimes.

Mots clés: hommes trans; masculinités; masculinité hégémonique; modèle biomédical; dépathologisation; analyse thématique.

Índice

Introdução	1
Parte I. Enquadramento teórico	4
1. As Identidades Trans	4
1.1. A (Des)construção do Género	4
1.2. O Modelo Biomédico e a (Des)patologização das Identidades Trans	6
2. As Masculinidades	10
2.1. Da Masculinidade às Masculinidades	10
2.2. Masculinidade Hegemónica e as “outras” masculinidades	12
3. Construção de Masculinidades de Homens Trans	14
Parte II. Estudo Empírico	18
1. Método	18
1.1. Objetivos	18
1.2. Participantes	18
1.3. Recolha de Dados	19
1.4. Análise de Dados	20
2. Análise e Discussão dos Resultados	21
2.1. Tema I. Pressões para ser um “homem de verdade”	22
2.1.1. Mudanças Corporais	22
2.1.2. Masculinidade Hegemónica	23
2.2. Tema II. Negociações com os discursos biomédicos	26
2.2.1. Internalização	27
2.2.2. Rejeição e Autodeterminação	28
2.2.3. Adoção Consciente	31
2.3. Tema III. Negociações com a masculinidade hegemónica	33
2.3.1. Rejeição	33
2.3.2. Conformação e Autopoliciamento	35
2.3.3. Comportamentos Compensatórios	37
2.4. Tema IV. Reconhecimento como “homem de verdade”	40
2.4.1. Privilégios Masculinos	40

2.4.2. Interseccionalidade e Matriz de Opressão	42
2.5. Tema V. Construção de masculinidades alternativas	43
2.5.1. Masculinidades de verdade	44
2.5.2. (Des)Construção	45
Conclusão	50
Referências Bibliográficas	55
ANEXOS	61

Índice de ANEXOS

ANEXO 1. Caracterização dos Participantes	62
ANEXO 2. Guião de entrevista	63
ANEXO 3. Consentimento Informado e Compromisso de Confidencialidade	66
ANEXO 4. Registo Sociodemográfico	68
ANEXO 5. Mapa Temático da Análise detalhado	69

Índice de Figuras

Figura 1. Mapa Temático com Organizador Central	21
Figura 2. Mapa temático do Tema “Pressões para ser um “homem de verdade””	26
Figura 3. Mapa temático do Tema “Negociações com os Modelos Biomédicos”	33
Figura 4. Mapa temático do tema “Negociações com a Masculinidade Hegemónica”	40
Figura 5. Mapa temático do tema “Reconhecimento como “homem de verdade”	43
Figura 6. Mapa temático do tema “Construção de Masculinidades Alternativas”	48

Introdução

Durante muito tempo, os discursos acerca dos géneros e das sexualidades serviram, maioritariamente, para uma classificação e controlo dos corpos, através de disciplinas como o direito, a medicina e a psicologia (Foucault, 1990; Rodrigues, 2016). No entanto, com o advento do pós-estruturalismo e do construcionismo social, tem-se mostrado necessária a construção de novos paradigmas que rompam com as conceções normatizadoras, patológicas e essencialistas que categorizam as sexualidades e os géneros, passando também a considerar-se os contextos sócio-histórico-culturais onde se inserem (Butler, 1990; Foucault, 1990; Louro, 2001). Deste modo, adotamos a perspetiva de que o género é construído socialmente, constituído através de relações de poder determinadas (Coll-Planas & Missé, 2015; Nogueira, 2001; Oliveira, 2010), em oposição a um olhar essencialista que o pressupõe determinado biologicamente como “natural”.

O pós-estruturalismo tem elaborado críticas em relação à noção de objetividade científica (Nogueira, 2001) que, tal como tudo o resto, não deixa de ser atravessada por valores, preconceitos e relações de poder. Assim, neste trabalho, assume-se antes uma perspetiva de que todo o conhecimento é local e situado (Haraway, 1998), uma vez que o estudo das identidades não pode ser dissociado do contexto em que foi produzido.

A perspetiva construcionista, ao adotar um posicionamento situado, contextualizado e atravessado por marcadores sociais, reconhece a pluralidade das experiências humanas, assim como os seus paradoxos e contradições (Nogueira, 2001). Compreende-se, desta maneira, o género a partir de uma perspetiva relacional (Nogueira, 2001) que nos permite questionar como as categorias “homem” e “mulher” são construídas – histórica, cultural e politicamente –, através de processos de significação e subjetivação. Neste sentido, pode-se dizer que o género não é, em si, algo dado como adquirido, mas antes *performatado* quotidianamente (Butler, 1990). Assim, entender o género como uma performance abre espaço para uma desconstrução de conceções essencialistas sobre o que é ser homem ou mulher. Ao rejeitar estas noções, reconhece-se ainda uma maior diversidade de vivências possíveis, assim como uma multiplicidade de identidades e expressões de género (Butler, 1990; Preciado, 2019) – dentro ou fora do binarismo de género, não fixadas no corpo físico e sexuado, e independentemente do desejo, ou ausência dele, de qualquer tipo de modificação corporal (Rodrigues, 2016).

Embora, ultimamente, a literatura respeitante a homens trans tenha vindo a crescer, estes indivíduos têm sido negligenciados no que diz respeito aos estudos de género: tanto no

campo das masculinidades – onde raramente são incluídos (Catalano, 2015; Gottzén & Straube, 2016; Jourian, 2017) –, como nos estudos sobre pessoas trans – onde se verifica uma maior incidência sobre as mulheres (Gottzén & Straube, 2016; Oliveira, 2014).

Assim, torna-se importante construir pontes entre diferentes áreas dos estudos críticos de género, partindo de uma perspectiva interseccional que tem em conta o modo como diferentes pertenças identitárias se interrelacionam para criar experiências concretas de privilégio/opressão (Crenshaw, 1994; Nogueira, 2017). Ao criar um diálogo entre os estudos trans e os das masculinidades, pretende-se ampliar a noção de *masculino* e quebrar o elo entre homens cis¹ e masculinidades – que tem sido dado como garantido –, demonstrando que a masculinidade não é algo que apenas alguns corpos específicos têm ou possuem, mas antes que pode ser expressa por uma variedade de corpos (Almeida, 2012; Freitas, 2014; Gottzén & Straube, 2016; Halberstam, 1998).

Segundo Guilherme Almeida (2012) – investigador trans, brasileiro – existem restrições a quem procura pesquisar sobre homens trans. Entre elas, a pouca visibilidade destes sujeitos, relacionada com a predominância de um olhar falocêntrico no que diz respeito às expectativas sociais sobre o que é “ser homem”. Assim, é como se tudo o que associamos ao masculino – comportamentos, expressões, significados – tivesse necessariamente origem na presença de um pénis (Almeida, 2012). Outra restrição, ainda que relacionada com a (in)visibilidade, é a “facilidade” do *passing* para alguns homens trans: a toma continuada de testosterona e a mastectomia permitem que os homens trans mais facilmente correspondam às expectativas sociais sobre como um homem deve parecer (Almeida, 2012).

Desta forma, com este trabalho pretende-se contribuir tanto para o conhecimento sobre as experiências de homens trans, como para a redefinição do que é “ser homem” e do que é “ser masculino”, numa perspectiva não-essencialista, longe de categorizações estanques e limitadoras. Relacionar o estudo das masculinidades com homens trans revela-se um bom ponto de partida para compreender as suas vivências, denunciando os requisitos impingidos a estes corpos que espelham a imposição constante de uma normatividade cisgénera compulsória. Espera-se, deste modo, contribuir para uma desconstrução destes paradigmas e narrativas hegemónicas, assim como para a igualdade de género e a justiça social.

¹ *Cisgénero* (ou *cis*) é o termo usado para nos referirmos a pessoas não-trans, ou seja, pessoas cujo género é congruente com o que lhes foi atribuído à nascença.

Posto isto, o trabalho em mãos trata de uma investigação entre Portugal e o Brasil, na qual foi valorizada uma perspectiva construcionista, feminista trans e interseccional, que considera a forma como vários marcadores de diferença (“raça”²/etnia, orientação sexual, identidade de género, classe social, nacionalidade, etc.) se combinam para criar vivências específicas. A perspectiva interseccional permite, assim, o abandono de um raciocínio simplista que considera a vulnerabilidade através da soma dos marcadores sociais, sem problematizar a sua interferência na especificidade dos contextos em causa (Nogueira, 2013; 2017). Ao fazer deste estudo uma experiência internacional pretende-se, ainda, evidenciar os discursos contingentes em torno das questões trans e a multiplicidade das experiências e vivências destes indivíduos.

O enquadramento teórico que se segue está dividido em três capítulos: num primeiro momento, faz-se uma introdução às questões trans através de uma perspectiva *queer*, abordando-se também o modelo biomédico e a (des)patologização destas identidades através de uma perspectiva crítica; posteriormente, debruçamo-nos sobre os estudos das masculinidades, introduzindo o conceito de masculinidade hegemónica; por fim, o terceiro capítulo recai sobre as experiências de homens trans, as suas construções enquanto seres masculinos e enquanto homens.

Na segunda parte, faz-se a descrição dos participantes e do método de recolha de dados – entrevista semiestruturada –, assim como da análise dos mesmos – análise temática, segundo Braun e Clarke (2006). Na terceira parte do trabalho, apresentamos o mapa temático resultante da análise extensiva dos dados, assim como a descrição aprofundada de cada tema e subtema, ilustrados com unidades de registo. Finalmente, apresentam-se as principais conclusões que emergiram desta investigação e, ainda, algumas limitações existentes neste estudo e propostas de estudos futuros.

Esta dissertação de mestrado objetiva, assim, expor e compreender os processos de construção de duas dimensões centrais – as identidades trans e as masculinidades –, desvendando as imposições feitas a homens trans, assim como as contingências que marcam as vivências das suas masculinidades. Pretende-se alimentar uma discussão crítica e compreensiva acerca destas identidades, através da reivindicação de uma perspectiva não patologizadora e da desconstrução de ideais hegemónicos de masculinidade.

² Utilizaremos o termo “raça” entre aspas para reforçá-lo enquanto conceito social e político e não biológico, mas que é nomeado para permitir identificar grupos que têm sido oprimidos por terem sido localizados numa determinada “raça” tida como inferior (Vala, 1999).

Parte I. Enquadramento Teórico

1. As Identidades Trans

1.1. A (Des)construção do Género

O sistema de género – binário e heteronormativo – baseia-se na crença de que existem dois, e apenas dois, sexos/géneros e de que os corpos femininos e masculinos são mutuamente exclusivos, determinados biologicamente (Ekins & King, 1999). Assim, o *sexo* é normalmente visto como tendo uma determinante biológica (genitais, cromossomas, hormonas), enquanto o *género* seria uma construção social, aprendida ao longo da vida e que englobaria características comportamentais e de personalidade, associadas ao sexo (Nogueira, 2001). Mesmo estabelecida esta distinção, presume-se uma congruência sexo-género; para além de uma coerência entre estas dimensões e as expressões de género: homens devem ser masculinos e mulheres femininas.

No entanto, este paradigma tem sido criticado por alguns/as teóricos/as *queer*³, como Judith Butler (1990) e Paul B. Preciado (2019), por reforçar distinções categóricas entre corpos “masculinos” e “femininos”, ignorando a forma como o discurso social constrói o “sexo” e o “género” do mesmo modo. Assim, poder-se-ia considerar o sexo também como uma construção social, até porque a noção de que só existem dois sexos é um fenómeno cultural e não natural ou biológico (Fausto-Sterling, 1993). Para além disso, este binarismo – tão presente para o sexo como para o género – é refutado por variadas vivências, incluindo as de pessoas trans, não-binárias e intersexo (i.e. pessoas que nascem com caracteres sexuais diversos) (Coll-Planas & Missé, 2015; Grave, 2016; Hird, 2000; Preciado, 2019; Teixeira, 2016).

De facto, o pensamento das sociedades ocidentais é frequentemente dicotómico e binário, o que resulta numa determinação de que sujeitos são considerados “a norma”. Existe, na nossa sociedade, uma ordem compulsória, uma forma de perceber o mundo –

³ *Queer* pode ser traduzido por “estranho”, “esquisito” ou “ridículo”. Termo usado de modo pejorativo e insultuoso, que atribuiria um lugar abjeto àqueles a quem é dirigido (Butler, 1999; Louro, 2001). Foi depois reapropriado por parte dos movimentos LGBT, que o ressignificaram como uma forma de se posicionar contra a normatização e a heteronormatividade (Preciado, 2019). *Queer* passa a representar a diferença que não quer ser assimilada nem mesmo apenas tolerada (Louro, 2001).

através de uma matriz de inteligibilidade heterossexual – que exige uma coerência entre sexo, género e desejo sexual (Butler, 1990). Trata-se, no fundo, de normas regulatórias impostas, que dirigem/controlam e materializam os sujeitos; que precisam de ser constantemente reiteradas e reconhecidas como autoridade, para que exerçam o seu efeito (Butler, 1999; Louro, 2001; Preciado, 2019): assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual, formando assim os corpos que podem ser considerados “existíveis” e legítimos (Butler, 1999). Ao mesmo tempo que estes discursos insistem compulsoriamente numa cisheteronormatividade⁴, abrem espaço para a produção de sujeitos que não se conformam com ela – o “outro”, o seu oposto e subordinado, existências tidas como ilegítimas e abjetas (Arán, Zaidhaft & Murta, 2008; Butler, 1999; Derrida, 1998; Louro, 2001; Oliveira, 2014; Preciado, 2019).

Esta matriz é ainda sustentada por vários mecanismos de manutenção como a homofobia, a transfobia e o sexismo e é assegurada pela repetição de atos, gestos e símbolos, culturalmente estabelecidos, que reforçam a construção de corpos tidos como masculinos ou femininos. Para Butler (1990), o género é, então, um ato intencional, um gesto *performativo* que produz significados e que permite a legitimação da matriz de inteligibilidade heterossexual, na medida em que se torna um instrumento adotado pela cultura e pelo discurso. Deste modo, o papel do género seria produzir uma falsa noção de estabilidade segundo a qual esta matriz estaria assegurada por dois sexos fixos, coerentes e opostos (Butler, 1990; 1999; Preciado, 2019).

Conforme o pós-estruturalismo e os/as teóricos/as *queer*, esta lógica poderia ser rompida através de uma desconstrução⁵ que desconrespondesse estes pares. Só assim poderíamos começar a compreender essas categorias “opostas” como mutuamente necessárias e interdependentes e a questionar os processos através dos quais algumas identidades, mais que outras, são vistas como “normais” (Louro, 2001).

⁴ A *cisheteronormatividade* é uma ideologia, enraizada na nossa cultura, que determina, através da imposição e da compulsoriedade, que a “norma” é ser heterossexual e cisgénero, em detrimento de outras existências vistas então como abjetas (Mattos & Cidade, 2016).

⁵ Desconstruir não significa destruir, mas antes analisar, perturbar e subverter as fundações do próprio discurso. Deste modo, desconstruir é uma forma de questionamento e análise, que se torna útil para desestabilizar um pensamento binário e simplista, e tudo o que acarreta: essencialismo, classificação, subordinação, exclusão (Derrida, 1973).

Mostra-se, assim, como não existe uma natureza masculina ou feminina intrínseca, para além de atos, gestos e símbolos culturais que produzimos; tornando-se necessário subverter esta ordem compulsória e desconstruir a obrigatoriedade da “congruência” entre sexo, género e desejo (Butler, 1990). Assim, seria possível reconhecer uma maior diversidade de experiências trans e uma multiplicidade de identidades e expressões de género. Por sua vez, estas existências “não-normativas” provam a ineficiência de um modelo binário e põem em dúvida a validade universal da matriz cisheteronormativa, para além de mostrarem como estes são excludentes e discriminadores (Oliveira, 2014).

1.2. Modelo Biomédico e a Patologização das Identidades Trans

Há décadas que os modelos biomédicos procuram “clarificar” o que seria a trajetória “normativa”, “legítima” e “saudável” de pessoas que não se identificam com o género que lhes foi imposto à nascença: o desejo de modificações corporais para obter essa congruência, recorrendo a terapias hormonais e a cirurgias de redesignação sexual (Diamond, Pardo & Butterworth, 2011; Missé, 2014; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016). Estes seriam os transexuais “verdadeiros” (Benjamin, 1966); distintos das pessoas que apenas pretendem alterar a sua performance de género e não o seu corpo (Missé, 2014; Rodrigues, 2016).

Ao contrário de “transexual”, que teria uma carga inerentemente patologizante, têm surgido outras alternativas para nos referirmos a estes indivíduos, tais como “transgénero” e “trans”, que têm por objetivo ser mais abrangentes e dar enfoque à liberdade de autodeterminação e à heterogeneidade de expressões e identidades de género (Coll-Planas & Missé, 2015; Feinberg, 1992; Missé, 2014; Oliveira, 2010; Platero, 2014; Stryker, 2008). Assim, neste trabalho, vai ser utilizado o termo “trans” com o objetivo de incluir todas as pessoas cujo género não seja congruente com o que lhes foi designado à nascença assumindo-se o posicionamento da despatologização e o respeito por qualquer existência quanto ao género⁶. Iremos incidir ainda sobre *homens trans* – pessoas a quem foi atribuído

⁶ Não se pretende, com a escolha de utilização de determinados conceitos em detrimento de outros, determinar que esses são mais corretos ou que espelham as experiências de todas as pessoas que não conformam com as normas de género. Procura-se, no entanto, uma linguagem que seja inclusiva, na tentativa de abarcar o maior número possível de existências trans.

o sexo feminino à nascença e que se identificam como homens, independentemente do desejo ou da realização de mudanças corporais⁷.

No entanto, apesar de sucessivas mudanças, os discursos biomédicos ainda se baseiam num sistema dicotómico de género e patologizador, apenas reconhecendo como legítimas pessoas que apresentam (ou desejam) uma congruência entre o seu género e o que é tido como o sexo correspondente – pessoas trans continuam a ser vistas como tendo por principal dilema identitário a incongruência e o conflito entre a sua identidade de género e o sexo com o qual foram designadas à nascença (Diamond et al., 2011). Deste modo, o seu principal objetivo seria alcançar o lado oposto da dicotomia, e ser identificado como homem ou mulher, de forma estável e inequívoca.

Quando a correspondência sexo-género não se verifica, estes sujeitos são, muitas vezes, diagnosticados como tendo “disforia de género” (APA, 2013) e/ou “incongruência de género” (OMS, 2019) – que apesar de na última versão da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde, ter deixado de ser considerada uma patologia, continua a estar presente como condição médica –, mantendo-se, assim, o controle e a patologização destas identidades. Alguns dos critérios de diagnóstico envolvem e fundamentam-se num desconforto com os próprios caracteres sexuais primários e/ou secundários, na vontade de se libertar dos mesmos e, ainda, no desejo acentuado pelos caracteres sexuais primários e/ou secundários do “outro” género, que não o designado à nascença (APA, 2013). Estes discursos impõem, então, o desejo de mudanças físicas como única “saída” para essa “não-conformidade” e como necessário para se identificarem como trans, demarcando a insistência em ver o género como tendo uma base biológica (Coll-Planas, 2010; Coll-Planas & Missé, 2014; Rodrigues, 2016).

Para além disso, as narrativas dominantes sobre pessoas trans como seres que nasceram no “corpo errado” legitimam ainda este modelo focado nas intervenções cirúrgicas como “cura” (Missé, 2014). Partindo da premissa de que há algo de “errado” com os corpos trans, que continuam a ser tidos como “abjetos” (Oliveira, 2014), pode-se facilmente chegar a uma conclusão (esta sim) errada, de que a única alternativa para estas pessoas seria submeterem-se a tratamentos hormonais e intervenções cirúrgicas, para de lá saírem

⁷ Também os homens trans, em específico, têm usado outros termos para se identificarem, como, por exemplo, *transhomem*, *transmasculino* e *FtM* (*female to male*). No entanto, preferenciando uma linguagem que espelhe a valorização de ser pessoa e não denote uma insistência e foco numa “transição”, consideramos que a designação *homem trans* é a que mais se adequa.

“curadas” ou “corrigidas” (Platero, 2014). Assim, estes discursos continuam a enfatizar uma “normalização” dos corpos dissidentes, através de dispositivos cisheteronormativos (Coll-Planas, 2010; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016).

Ao pressionar estes indivíduos a uma passagem para o “sexo oposto” (através de mudanças físicas e expressões de gênero normativas), sob a ameaça de não serem vistos como trans “verdadeiros” (Catalano, 2015; Coll-Planas, 2010), demonstra-se como estes modelos não reconhecem a possibilidade de vivências não-normativas como legítimas (Catalano, 2015; Coll-Planas, 2010; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016). Esta insistência na necessidade de “passar” por normativo perpetua também modelos essencialistas, binários e redutores do que é ser homem e mulher, de masculinidade e de feminilidade (Amâncio, 1994; Rodrigues, 2016). Este requisito é, em si, uma forma de opressão, para além de que revela como não apenas pessoas trans, mas também pessoas cis, “concretizam” o gênero e como este é aprendido em interações quotidianas (Hird, 2000).

Pretendemos, por oposição, reconhecer uma pluralidade de identidades e de corpos como igualmente legítimos e detentores de direitos e alertar para a opressão/privilegio que advém do *passing* (i.e., a não percepção de alguém ser trans, referindo-se, assim, a pessoas que “passam” por não-trans e/ou cis) (Ferreira, 2014; Jesus, 2014; Preciado, 2019; Rodrigues, Carneiro & Nogueira, 2018). Assim, quem tem mais facilidade em “passar”, consegue ter um lugar “privilegiado” e não ser alvo de tanta violência transfóbica (Jesus, 2014), dado que este “privilegio” sucede de sistemas opressivos que valorizam corpos normativos, vendo corpos trans como não desejáveis. Isto torna-se problemático, uma vez que pessoas trans são incentivadas a perpetuar estereótipos de gênero para conseguirem ser reconhecidas como homens ou mulheres “de verdade” (Jesus, 2014; Rodrigues, 2016). Mesmo fazendo esta problematização, deve-se reconhecer a legitimidade de pessoas trans que desejam ser percebidas como cis, entendendo a sua agência e considerando a forma como a violência e a discriminação que enfrentam quotidianamente pode ser reduzida através de mecanismos que permitam a passabilidade (Rodrigues, 2016; Rodrigues et al., 2018).

Para além disso, muitos indivíduos interiorizam este modelo e os critérios tidos como essenciais para se ser um “verdadeiro transexual”, adotando eles próprios um discurso biomédico. Para muitos/as, assumir este discurso desculpabiliza as suas experiências, para além de conferir um sentido às suas existências (Coll-Planas & Missé, 2014; 2015). As explicações biomédicas podem ser vistas como “tranquilizadoras”, no sentido em que oferecem uma possibilidade de “deixar de sofrer” através de uma “cura”, permitindo ainda

um reconhecimento social destas identidades através da legitimação pela medicina e pela psicologia (Coll-Planas & Missé, 2015; Rodrigues, 2016).

Apresentar-se com estas narrativas dominantes, num contexto clínico, torna-se frequentemente numa necessidade percebida por pessoas trans, de modo a serem aceites e validadas pela comunidade médica e conseguirem um diagnóstico – muitas vezes exigido para mudar legalmente a sua identidade⁸, iniciar tratamentos hormonais ou realizar cirurgias de redesignação sexual (Coll-Planas & Missé, 2014). A prática psicológica corre o risco de, nestes casos, deixar de ser terapêutica, ou de acompanhamento, para passar a constituir um julgamento do sujeito, averiguando quem é “verdadeiramente” trans e/ou quem é “realmente” mulher ou homem (Coll-Planas, 2010; Oliveira, 2014; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016). Para além disto, como os critérios empregados são sexistas e heteronormativos, muitas das vivências acabam por não ser tidas como autênticas. Se estes indivíduos não se moldarem aos comportamentos, forma de vestir e de se apresentarem publicamente e orientação sexual (heterossexual) estereotipadamente atribuídas ao género com o qual se identificam, então serão desqualificados e desacreditados (Oliveira, 2014).

No entanto, a violência gerada pela patologização não é apenas exercida pelo poder médico (Coll-Planas, 2010). Viver dentro de uma estrutura cissexista – que impõe uma normatividade constantemente –, pressiona sujeitos não normativos a adaptarem-se ao que é esperado do seu género, uma vez que muitas vezes lhes é negado um estatuto de humanidade, devido em parte ao facto de os seus corpos continuarem a ser vistos como abjetos (Oliveira, 2014). Deste modo, incorporam, conforme necessário, uma identidade de género reconhecível e legitimada (Coll-Planas, 2010).

Ainda que reconhecendo que há quem deseje viver de acordo com este sistema binário, defende-se, de acordo com a agenda transfeminista (Koyama, 2003), a desconstrução do binarismo de género, recusando definições puramente biológicas e essencialistas do que é “ser mulher” ou “ser homem” (Jesus, 2014). Pessoas trans não são “imitações” de homens e mulheres “de verdade” (Alves, 2012); antes, tanto as pessoas cis como as pessoas trans, se vão construindo ao longo da vida como homens ou mulheres (ou rompendo com essas categorias binárias) (Jesus, 2014; Rodrigues et al., 2018).

⁸ Em Portugal, com a Lei n.º 38/2018, o diagnóstico médico deixa de ser um requerimento, na maioridade, para alterar legalmente o nome e o género no registo civil. No caso do Brasil, em março de 2018, deixa de ser necessária também a apresentação de autorização judicial, laudo médico ou comprovação de cirurgia de redesignação sexual (na maioridade), para fazer a alteração do nome e do marcador de género (STF, 2018).

No entanto, com estes discursos ainda em vigor, continua-se a patologizar as pessoas trans, vendo-as como pessoas que, no fundo, não têm o direito de ser quem são. As transexualidades continuam a ser consideradas um problema individual e psicológico, não se problematizando os sistemas sociais opressivos, como o cissexismo e a transfobia, que contribuem para o sofrimento destas pessoas ao legitimar a estigmatização e a violência sobre as mesmas (Arán et al., 2008; Coll-Planas, 2010; Platero, 2014; Rodrigues, 2016). Assim, vários/as autores/as (e.g., Catalano, 2015; Hird, 2000; Missé, 2014; Oliveira, 2014; Rodrigues, 2016) têm advogado pela despatologização das identidades trans, uma vez que o rótulo de doença mental as deslegitima e limita a sua autonomia (Alves, 2012). A patologização mantém, ainda, um sistema cisheteronormativo e reduz a pluralidade de experiências trans. Contrariamente, a despatologização destas identidades implicaria uma politização do debate, deslocando o foco do indivíduo para as relações de poder que constroem o “normal” e o “patológico” (Bento, 2006; Missé, 2014; Platero, 2014; Rodrigues, 2016).

Continuar a patologizar as vivências trans contribui para a manutenção de um processo que hierarquiza existências, legitimando umas vidas e corpos enquanto exclui outros, de acordo com estes sistemas opressivos (Coll-Planas, 2010; Oliveira, 2014; Rodrigues, 2016). Defendemos, então, que a identidade de uma pessoa não deveria ser reduzida a um diagnóstico (Rubin, 2003), nem à “normalização” de um corpo através de intervenções biopsicomédicas (Coll-Planas, 2010; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016). Um posicionamento de autodeterminação permitiria que pessoas trans fossem as únicas capazes de determinar e legitimar as suas identidades (Oliveira, 2014), eliminando, por um lado, a exigência e a pressão para uma mudança corporal e, por outro, as barreiras – impostas por autoridades políticas e biopsicomédicas – ao acesso a estas cirurgias para aqueles/as que as desejam, sem terem de provar constantemente quem são (Catalano, 2015).

2. As Masculinidades

2.1. Da Masculinidade às Masculinidades

Os estudos sobre os homens e as masculinidades não são novidade: as ciências sociais têm sido dominadas por pensamentos de homens (cis), sobre homens (cis) e para homens (cis) (Carrito & Araújo, 2013; Hearn, 2004; Marques, 2011). No entanto, isto deu-se durante muito tempo de forma não reconhecida explicitamente, fingindo-se antes uma neutralidade

científica. Assim, pode-se considerar que a genderização dos homens é relativamente recente (Holter, 2005; Kimmel & Messner, 1989; Marques, 2011).

Nos anos 80, com a entrada do pensamento feminista na sociologia, a pesquisa que tinha vindo a ser feita sobre homens deixou de ser focada nos “papéis de sexo” masculinos e na masculinidade como característica única (e como complementar da feminilidade) para começar a estudar a forma como os homens decretam múltiplas masculinidades (Connell, 1987; 2005; Marques, 2011; Oliveira & Amâncio, 2002; Schrock & Schwalbe, 2009), dando-se ênfase às relações de poder entre diferentes grupos de homens, e não só entre homens e mulheres, e ainda, aos processos pelos quais se cria a categoria de “homem” e como homens se constroem enquanto membros desta (Marques, 2011; Schrock & Schwalbe, 2009). Assim, o género deixa de ser tido como uma característica de personalidade ou um atributo dos indivíduos, passando a ser entendido como o nome que se dá a práticas culturais e coletivas que constroem pessoas enquanto mulheres e homens – e mulheres e homens como essencialmente diferentes – e, ainda, que têm beneficiado homens à custa de mulheres (Carrigan, Connell & Lee, 1985; Schrock & Schwalbe, 2009).

Vários/as autores/as (e.g., Carrigan et al., 1985; Connell, 2005; Marques, 2011; Santos, 2015) salientam que a dominação sobre as mulheres não é uma prática inevitável de todos os homens, mas antes um sistema dinâmico constantemente reproduzido e reconstituído através de relações de género, defendendo assim o estudo de masculinidades historicamente específicas, em vez do estudo dos homens como um grupo homogéneo.

De acordo com uma perspetiva construcionista, para um homem obter os privilégios de pertencer ao grupo dominante tem de se apresentar aos outros como um tipo de ser social específico, isto é, como um *homem* (Schrock & Schwalbe, 2009). Ou seja, esta categoria é criada e mantida em interação através de *performances* socialmente estabelecidas (Butler, 1990). Alcançar a credibilidade como homem é uma trajetória facilitada quando se tem um corpo considerado masculino. No entanto, esta dimensão não é nem necessária nem suficiente (Schrock & Schwalbe, 2009). Para além disto, as características tidas como masculinas variam historicamente e culturalmente, dependendo ainda das características do ator e da situação em que se encontra. Assim, é importante notar que homens trans podem oferecer uma visão única no que concerne às masculinidades.

Embora tenha emergido há cerca de 30 ou 40 anos, o estudo das masculinidades tem, desde sempre, negligenciado os homens trans (Catalano, 2015; Jourian, 2017). De facto, a literatura acerca das masculinidades tem-na visto como restrita a experiências de homens

cis, para além de que tem usado os conceitos *homem* (sexo), *homem* (identidade de género) e *masculino* (expressão de género) como sinónimos (Jourian, 2017).

No entanto, como tem vindo a ser dito, através de um processo de desconstrução do binarismo de género e da norma heterossexual, também a masculinidade deixa de estar baseada no sexo e na genitália, como se se tratasse de algo garantido e “natural” que advém da presença de um pénis. Deste modo, torna-se relevante, explorar e reconhecer as formas como corpos que não foram designados como masculinos se imbuem de masculinidade (Freitas, 2014; Gottzén & Straube, 2016; Halberstam, 1998).

2.2. A Masculinidade Hegemónica e as “outras” masculinidades

Raewyn Connell (2005), figura incontornável no estudo das masculinidades, descreve-as como configurações de práticas estruturadas por relações de género, inerentemente históricas. A autora reconhece, ainda, a existência de múltiplas masculinidades, mas, mais do que isso, reconhece as relações entre estas diferentes masculinidades: relações de aliança, dominação e subordinação.

A *masculinidade hegemónica* é tida não como uma categoria fixa, mas antes como a masculinidade que, num determinado contexto histórico e cultural, reivindica e ocupa uma posição dominante num determinado padrão de relações de género (Connell, 2005). Assim, pode ser definida como a configuração atual de práticas de género que legitima a posição dominante dos homens na sociedade, justificando e garantindo a subordinação das mulheres (e outros homens marginalizados) (Connell, 2005). É esta a forma de masculinidade que se tornou o modelo a seguir, que se apresenta como o referencial e que estabelece padrões a partir dos quais as outras masculinidades e os outros homens são julgados e avaliados – pressionados por uma ideia do que é ser um “homem de verdade” (Bento, 2015; Marques, 2011; Welzer-Lang, 2001).

Estaria ainda intimamente relacionada com uma busca incansável por ideais de força (muitas vezes demonstrada não só com recurso a agressividade, mas também à restrição de emoções e comportamentos afetivos com outros homens), sucesso, confiança, competição e dominação, assim como a glorificação de aspetos como a virilidade (heterossexual e vinculada a um pénis), a violência, a posse e o poder (Almeida, 1995; Bento, 2015; Grave, Teixeira, Teixeira, Marques & Nogueira, no prelo; Santos, 2015). No entanto, ninguém se encaixa totalmente nestes requisitos que indicariam inequivocamente que se alcançou o estatuto de ser masculino, pois, na realidade, este não passa de um ideal inatingível (Bento, 2015; Connell, 2005; Marques, 2011). Logo, embora esta ideologia se

estruture com base na subordinação da mulher, acaba também subordinando todos os homens – tanto os que não conformam com ela quanto os que tentam obter esse estatuto sem nunca o alcançar (Bento, 2015).

A masculinidade torna-se, assim, algo a ser provado e reafirmado, um projeto sempre inacabado e que exige uma (re)construção constante (Bento, 2015; Carrito & Araújo, 2013; Welzer-Lang, 2001). Esta necessidade de reafirmação, através de rituais simbólicos relacionados com o sexo, a agressividade, entre outros, mostra então como a masculinidade não é garantida nem “natural” (Carrito & Araújo, 2013; Connell, 2005). Ao ser necessária uma vigilância e imposição – através de frases como “faz-te homem” –, a masculinidade revela-se algo a ser perseguido a custo: para obter os privilégios de “ser homem”, estes devem submeter-se ao modelo hegemónico (Welzer-Lang, 2001).

Para além disto, a masculinidade hegemónica também se demonstra na contínua desvalorização das mulheres e de tudo o que seja relacionado com o feminino. De facto, alguns/mas autores/as (e.g., Bento, 2015; Connell, 2005; Welzer-Lang, 2001) têm notado que uma noção de antifeminilidade é central às conceções de masculinidades. Ser homem é, antes de mais, não ser mulher (Bento, 2015; Rabelo, 2010).

A hegemonia está relacionada com a dominância cultural numa sociedade como um todo, mas nem todas as expressões de masculinidade são hegemónicas. Entre diferentes grupos de homens, há também *relações de subordinação e marginalização*, que se verificam entre as masculinidades dominantes e as masculinidades de grupos sociais oprimidos – e.g. homens não heterossexuais e/ou com expressões não-normativas de masculinidade e homens de classes sociais e/ou “raças”/etnias subordinadas. Para além destas, pode ainda ser referida uma *relação de cumplicidade* (Connell, 2005): embora muitos homens não adotem uma masculinidade hegemónica, nem ajam numa lógica de dominação, violência e autoridade, grande parte deles é beneficiado por esta hegemonia, sendo privilegiados num sistema sexista.

Assim, são inúmeros os privilégios que homens ganham dentro desta estrutura – honra, prestígio, direito de liderar, bens materiais, para além de continuarem a ser muito mais propensos a deter posições de poder (Connell, 2005). De modo a sustentar a dominância conferida aos homens, muitas vezes é posta em prática a violência contra mulheres (Connell, 2005) – abuso verbal, assédio, abuso sexual e violações, violência doméstica, feminicídio. Sendo verdade que muitos outros homens não recorrem a estes comportamentos violentos, os que o fazem facilmente sentem que as suas ações são justificadas e que estão a exercer um direito que lhes é conferido por uma ideologia de supremacia (Connell, 2005).

Para além disto, a violência também se verifica entre diferentes grupos de homens e pode servir a função de afirmação e reivindicação de masculinidade – não só para as masculinidades tidas como dominantes, mas também para as marginalizadas (Connell, 2005). Assim, a violência, na medida em que faz parte de um sistema de dominação, mostra, simultaneamente, como este é imperfeito – se esta posição masculina fosse legítima e assegurada, não haveria tanta necessidade de intimidação.

Ainda assim, há homens que adotam uma *masculinidade crítica*, através do reconhecimento do seu lugar de privilégio e da rejeição de ideais hegemónicos de masculinidade, afastando-se daqueles que efetivamente seguem esse modelo (Bento, 2015).

É importante enfatizar que estas “masculinidades” não são fixas, mas constituem configurações de práticas geradas, em situações particulares, numa determinada estrutura de relações, que pode sofrer alterações (Connell, 2005). Assim, homens podem adotar ou recusar diferentes posições identitárias, numa tentativa de dar coerência aos seus discursos, em função dos seus objetivos e de contextos determinados.

Para concluir, nem homens nem mulheres são completamente livres do contexto em que vivem, nem dos padrões de género que lhes são impostos. Assim, mesmo que em circunstâncias sociais concretas, que muitas vezes limitam o que pode ser tentado, homens têm também autonomia e agência que lhes permite fazer escolhas políticas que contribuam para um mundo mais justo de relações de género (Carrito & Araújo, 2013).

3. Construção de Masculinidades de Homens Trans

Neste capítulo, pretende-se explorar como as temáticas abordadas nos capítulos anteriores se combinam para determinarem “regras” e expectativas, para além de fazerem imposições com que os homens trans têm de lidar diariamente, enquanto constroem as suas masculinidades.

Os modelos biomédicos acerca das transexualidades impõem requisitos que determinam quem são as pessoas trans que podem ser, ou não, legitimadas. Assim, uma das grandes preocupações de homens trans é com o facto de serem considerados “suficientemente” homens (Catalano, 2015). Isto é, para serem reconhecidos como homens trans, estes indivíduos podem sentir que têm de corresponder a certas exigências que lhes são impostas pelos discursos e práticas médicas, pela sociedade em geral e, por vezes, até pela própria população trans (Catalano, 2015).

Assim, teriam de, em primeiro lugar, fazer modificações corporais e, em segundo, apresentar-se de um modo hegemonicamente masculino (Catalano, 2015). Estas pressões originam uma necessidade de provar constantemente as suas identidades e, conseqüentemente, uma obrigação de “passar” – o que, por um lado, pode ser considerado uma conquista, mas por outro pode significar invisibilidade e silenciamento (Catalano, 2015) – e ainda de forçar expressões normativas de género, o que os pode levar a fazer determinadas negociações com a masculinidade hegemónica, anteriormente descrita.

Estes modelos de masculinidade hegemónica estão omnipresentes na vida de homens trans, o que influencia a forma como constroem e definem a sua própria expressão de género. Jourian (2017) concluiu que estes indivíduos fazem várias negociações com a masculinidade dominante. Alguns parecem resistir a este modelo, questionando e adotando uma perspetiva crítica em relação aos padrões de género (Jourian, 2017). No entanto, há outros que internalizam modelos dominantes e hegemónicos ou que têm uma compreensão da dominância como lhes sendo imposta através de expectativas de género (Jourian 2017). De facto, para muitos homens trans, a única maneira de se sentirem reconhecidos como “homens de verdade” é seguindo e adotando esses símbolos de uma masculinidade hegemónica.

Assim, nem todos os homens trans rejeitam completamente esta masculinidade tradicional e dominante. Alguns admitem mesmo a adoção de comportamentos compensatórios de masculinidade (Jourian, 2017; Vegter, 2013) que estão conscientemente de acordo com as expectativas associadas à masculinidade. Este aumento de expressões masculinas é geralmente mais observado nas fases iniciais dos processos de modificação corporal (Vegter, 2013), como forma de afirmar a sua identidade, quando a passabilidade não é tão grande. De facto, uma das razões apontadas para estes comportamentos compensatórios é o sentimento de falta de certos marcadores físicos que indicam a identidade de género masculina (Jourian, 2017).

Outra razão, ainda que relacionada com a falta de passabilidade, tem a ver com as perceções de segurança destes indivíduos. Sentir uma falta de segurança pode estimular a sua conformidade com expectativas de género e levar a uma afirmação de masculinidade quando esta é ameaçada (Abelson, 2014). Embora muitos desejassem ser homens mais justos, por meio de práticas igualitárias e transformadoras, isso é visto apenas como uma prática viável quando podem fazê-lo sem comprometer a sua segurança (Abelson, 2014).

Verifica-se, assim, que quando se sentem mais confiantes relativamente à sua aparência e quando o reconhecimento social de ser homem aumenta, a adesão a performances convencionais de masculinidade diminui (Almeida, 2012; Vegter, 2013).

Ainda assim, estas expressões tradicionalmente masculinas continuam a ser tidas como cruciais para a validação de se ser um “verdadeiro” homem no contexto social (Jourian, 2017; Vegter, 2013).

Nota-se então que a materialidade do corpo tem grande importância para as experiências de muitos homens trans (Aboim, 2016). Ainda que muitas vezes não relacionada à genitália, ser percebido como homem em sociedade mostra-se fundamental para a sua afirmação enquanto pessoa masculina (Aboim, 2016; Green, 2005). Assim, a maioria de homens trans tem o desejo de viver e ser percebido como homem ou como masculino, ainda que o ideal de uma masculinidade hegemónica ou de uma masculinidade “normalizada” seja rejeitado por muitos destes indivíduos (Aboim, 2016). Muitas vezes o foco não está em ser um homem estereotipadamente masculino, mas antes de alcançar um bem-estar e um lugar de conforto consigo mesmo, que pode passar por expressões lidas como masculinas (Nunes, 2016).

Esta apresentação considerada masculina não é estática e pode sofrer alterações em determinados contextos e situações. Por exemplo, quando homens trans escolhem engravidar, a perda de passabilidade durante esse período – tanto devido à supressão da terapia hormonal, como às mudanças corporais da gestação – pode levar a renegociações com as suas masculinidades (Pinho, Rodrigues & Nogueira, 2020).

O facto de engravidar ainda ser visto socialmente como uma função corporal restrita à vivência da feminilidade, pode levar muitos homens trans a negarem a parentalidade (Pinho et al., 2020). No entanto, homens que decidem engravidar desafiam de forma fundamental o que ainda é tido e imposto como sendo “de homem” ou como significante de masculinidade. Ora, isto impacta de alguma forma a maneira como estes homens se subjetivam, integrando os processos de gestação e parto nas suas próprias construções de masculinidade (Monteiro, 2018).

Neste sentido, o feminismo trans tem incluído, nas suas reivindicações, os direitos sexuais e reprodutivos de homens trans (Jesus, 2014), e chamado a atenção para o facto de que homens podem ficar grávidos, defendendo, então, que este ato não deslegitima qualquer identidade: um homem trans não é menos homem por engravidar (Platero, 2014; Rodrigues, 2016).

A pressão originada pelos modelos hegemónicos de masculinidade não se nota apenas nos comportamentos e expressões que homens trans adotam ou não, mas também na conciliação com as suas próprias identidades. Segundo Rubin (2003), a partir de uma comparação com outros homens, e com a preocupação de não serem – ou de não se tornarem

– sexistas e não adotarem uma masculinidade hegemónica, pode-se criar uma barreira significativa para uma identificação despreocupada como homem (Rubin, 2003). Já outros, quando confrontados com este “modelo a seguir”, questionam se estarão à altura da masculinidade hegemónica – se são fortes o suficiente, altos o suficiente, viris o suficiente (Rubin, 2003).

No entanto, tem-se notado que grande parte dos homens trans considera a identidade de género como sendo distinta da expressão de género (Green, 2005; Rubin, 2003; Vegter, 2013). Deste modo, muitos homens trans veem masculinidade não só como diferente, mas também como independente de *ser* homem. Assim, a masculinidade não é tida como mandatória para se perceberem como homens, o que lhes permitirá ter uma expressão de género mais livre e fluida, sem sentirem que estão a comprometer a sua identidade de género (Bockting, Benner & Coleman, 2009).

É fundamental, assim, colocar em evidência as exigências feitas para que homens trans sejam reconhecidos como homens e o esforço necessário para alcançar esse “estatuto” em sociedade. Embora estes indivíduos possam, através do *passing*, ganhar aceitação e “privilégios” enquanto homens (Aboim, 2016, Schilt, 2010) – autoridade, respeito e reconhecimento –, quando comparado com o antes da “mudança”, também é notório como muitos passam por experiências de marginalização e discriminação se escolherem viver abertamente como homens trans (Schilt, 2010).

Por fim, é essencial reconhecer que estes indivíduos desenvolvem as suas próprias definições de masculinidade, enquanto precisam, simultaneamente, de lidar com as pressões externas da masculinidade hegemónica. Assim, homens trans passam por processos de desconstrução e reconstrução, numa renegociação constante das suas identidades (Jourian, 2017).

Parte II. Estudo Empírico

1. Método

1.1. Objetivos

O presente estudo tem como objetivo principal contribuir para o conhecimento sobre como homens trans constroem e definem as suas masculinidades. Para isto, pretende-se compreender qual a influência das expectativas/imposições da masculinidade dominante nas suas identidades de género e a forma como estes indivíduos lidam com as mesmas. Neste sentido, formularam-se as seguintes questões de investigação: (1) Como é que estes indivíduos concetualizam e vivenciam as suas masculinidades?; (2) Que pressões é que sentem, por parte de discursos dominantes que definem o que é um “homem de verdade”?; e ainda, (3) Que negociações fazem com a masculinidade hegemónica? – se a rejeitam e/ou tentam rejeitar, ou se a adotam e/ou procuram adotar, e com que finalidades. Assim, importa também entender como as construções identitárias e as contingências sociais influenciam as vivências individuais de homens trans.

1.2. Participantes

Neste estudo, foram entrevistadas 12 pessoas (cf. Anexo 1) que se autoidentificam como homens trans, todos eles partilhando uma narrativa de não conformidade entre o sexo designado no nascimento (feminino) e o género com o qual se identificam (masculino). Alguns apresentam uma preferência no que diz respeito à designação autorreferencial: oito adotam o termo trans; três referem não encontrar diferenças entre as várias designações, não tendo assim uma preferência; e um participante opta simplesmente por “homem”, sem qualquer acrescento que indique a transgeneridade. Dos 12, seis são de nacionalidade brasileira e seis de nacionalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 18 e os 36 anos ($M=25.25$; $DP=6.04716$). Quanto à orientação sexual, quatro participantes autoidentificam-se como heterossexuais, dois como bissexuais, dois como pansexuais, dois como gays e dois disseram que não definiam a sua orientação sexual. No que toca a pertenças raciais, dois participantes autoidentificam-se como negros (um deles como sendo de “pele clara”) e um como “pardo”, sendo que os restantes se autoidentificam como brancos. Quanto às habilitações literárias: um participante frequenta o ensino secundário; dois concluíram o

ensino secundário; dois concluíram cursos técnicos superiores profissionais; três frequentam o ensino superior; três concluíram o ensino superior; e um é pós-graduado. Para além disto, seis disseram ter experiências de ativismo, enquanto os outros seis não.

Em Portugal, o acesso aos participantes deu-se inicialmente através da rede de contactos das investigadoras e, a partir daí, por bola-de-neve. No Brasil, recorreu-se a contactos do ativismo trans que indicaram possíveis participantes, dando-se também um consequente efeito bola-de-neve.

1.3. Método de Recolha de Dados

Devido ao paradigma social construcionista que guia esta investigação, assim como às temáticas abordadas – de vivências individuais e subjetivas –, pareceu-nos congruente optar por uma metodologia qualitativa para a recolha dos dados. Por um lado, porque é a mais adequada para analisar aprofundadamente os significados, discursos e construções dos sujeitos e, por outro, também por oposição a uma metodologia quantitativa, que não dá conta de conteúdos de tamanha complexidade e subjetividade. Como refere Shields (2008), os métodos qualitativos são também os mais compatíveis com a linguagem e a intenção da interseccionalidade, perspetiva que atravessa este trabalho. Uma pesquisa qualitativa fica, ainda, mais aberta a fenómenos emergentes do que uma pesquisa quantitativa, que é guiada por hipóteses determinadas à priori (Shields, 2008).

Dos vários instrumentos de recolha de dados qualitativos, elegemos a entrevista semiestruturada, por considerarmos que seria o método mais adequado e condizente com os objetivos desta investigação (Braun & Clarke, 2006; 2013). Este tipo de entrevista possibilita que o entrevistado desenvolva as suas perspetivas e perceções sobre o fenómeno a ser estudado, para além de permitir uma flexibilidade ao/a investigador/a. Deste modo, é possível fazer alterações ou adequar questões, no momento da entrevista, com o objetivo de maximizar a recolha dos dados, mas evitando que a conversa se distancie dos temas centrais da investigação.

Assim, o momento da construção do guião da entrevista torna-se crucial para a investigação. Este foi produzido cuidadosamente, procurando-se coerência, através de um processo de reflexão constante (que continuou presente no momento das entrevistas). Desde o início do processo de pensar o guião, até à sua versão final, foram realizadas 3 entrevistas-“teste” (todas elas com sujeitos com algum entendimento sobre as questões de género e as questões trans, no entanto, todos/as cis, nesta fase). Deste modo, chegou-se à versão final que foi utilizada nas entrevistas feitas em Portugal (cf. Anexo 2).

Cada uma destas entrevistas-“teste” revelou ser um momento fundamental para uma reflexão e discussão entre pares, imprescindível tanto para (re)formulações no guião, como para a emergência de pensamentos, e ainda para um maior entendimento acerca do assunto a ser abordado. Assim, todas elas contribuíram para se chegar não só a um guião, mas também à sua consolidação, de forma satisfatória e adequada à investigação e seus objetivos.

Uma vez no Brasil, o guião foi revisto com mais duas pessoas (entre as quais um homem trans, pertencente ao ativismo brasileiro). Estes dois momentos e seguintes reflexões com vários/as investigadores/as do NUPSEX (Núcleo de Pesquisa em Género e Sexualidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) foram cruciais para perceber possíveis diferenças que atravessam as pessoas trans em Portugal e no Brasil, no que concerne a vivências, experiências, ativismos e terminologias. Embora não tenham sido feitas alterações ao guião, estas discussões foram imprescindíveis para uma maior compreensão do contexto em que se insere esta investigação.

Todas as entrevistas foram iniciadas com o preenchimento de um consentimento informado para a participação na investigação (cf. Anexo 3) – em duplicado, sendo que um ficou com o participante e outro com a investigadora. Este documento contém informações sobre o estudo, assim como também a garantia de confidencialidade e sigilo no que diz respeito à recolha e análise dos dados. As entrevistas foram realizadas em vários locais, entre Porto, Lisboa e Porto Alegre, acordados entre a investigadora e os participantes, sendo sempre de máxima importância que o participante se sentisse seguro e confortável. Uma vez realizada a entrevista, foi também entregue um formulário onde eram pedidos os dados sociodemográficos dos participantes (cf. Anexo 4).

1.4. Método de Análise de Dados

O procedimento utilizado para a análise dos dados recolhidos foi a análise temática, segundo as propostas de Braun e Clarke (2006). Esta abordagem mostra-se congruente com o quadro teórico – construcionista social e interseccional – sobre o qual se baseia este trabalho, permitindo a análise dos discursos e, assim, realçar as especificidades de cada participante.

Assim, a análise seguiu as seis fases propostas por Braun e Clarke (2006). Depois de realizadas as entrevistas, procedeu-se à **Familiarização com os dados** (1), através da transcrição das entrevistas e consequente leitura e releitura dos dados. Posteriormente, ao começarem a emergir padrões de significado, passou-se à **Produção dos códigos iniciais** (2). Criou-se, então, uma lista de informações, relevantes para os nossos objetivos, que foram sendo agrupadas em códigos, isto é, em unidades base de conteúdo. Na terceira fase,

denominada de **Pesquisa de temas** (3), estes vários códigos foram reunidos em unidades maiores de análise com significados mais amplos, chegando-se assim aos temas. Em seguida, com a **Revisão dos temas** (4), procurou-se garantir a existência de uma coerência lógica para o agrupamento dos códigos nos determinados temas, o que nos permitiu chegar ao mapa temático da análise (cf. Anexo 5). Na quinta etapa, passou-se então à **Definição e nomeação dos temas** (5), na qual se procurou atribuir definições e designações congruentes com os conteúdos que os integram. Por fim, chegámos à última fase – **Redação do relatório** (6) –, onde os resultados encontrados foram organizados e registados em formato escrito, com o recurso a excertos ilustrativos dos mesmos, promovendo assim o enriquecimento da história contada através da análise dos dados das narrativas e vivências dos participantes (Braun & Clarke, 2006; 2013).

2. Análise e Discussão dos Dados

Nesta terceira parte do trabalho de investigação, apresentamos e discutimos os resultados da análise temática que, em relação aos objetivos estabelecidos, resultou na emergência de cinco temas: (i) *Pressões para ser um “homem de verdade”*; (ii) *Negociações com os Discursos Biomédicos*; (iii) *Negociações com a Masculinidade Hegemónica*; (iv) *Reconhecimento como “homem de verdade”*; e, por fim, (v) *Construção de Masculinidades Alternativas*. De acordo com esta análise foi possível elaborar o mapa temático de análise, ilustrado na Figura 1, onde se identificou um organizador central – “Homens de verdade” – segundo o qual se estabeleceram as relações temáticas.



Figura 1. Mapa Temático com Organizador Central

2.1. Tema I. Pressão para ser um “homem de verdade”

A partir da presente análise, percebemos que uma experiência comum a homens trans é a confrontação com determinados requisitos socialmente impostos, que validariam o seu reconhecimento enquanto homens. Assim, atribuímos a este primeiro tema o título de *pressão para ser um “homem de verdade”*. Estas pressões, sendo onnipresentes, contribuem para moldar, de certa forma, as experiências e vivências destes homens. Consequentemente, por receio de não serem vistos como “homens de verdade” ou “homens a sério” – ou por desejo de o serem –, estes indivíduos podem sentir-se coagidos a corresponder e conformar com essas exigências (Catalano, 2015). Deste modo, este tema pretende problematizar estas injunções que tentam definir o que é ser homem e o que é ser masculino, e que impõem e insistem numa cisheteronormatividade. Percebemos, ainda, que estes requisitos podem ser divididos em dois grandes subtemas (compostos por vários códigos), para onde as pressões são direcionadas: *Mudanças Corporais* e *Masculinidade Hegemónica*.

2.1.1. Mudanças corporais

O primeiro subtema está relacionado com a pressão que homens trans sentem para realizarem mudanças corporais, de modo a existir uma congruência com o que é socialmente tido como um corpo masculino. Denota-se, assim, uma insistência generalizada em ver a identidade e o género como vinculados a fatores biológicos (Coll-Planas, 2010; Coll-Planas & Missé, 2014). Estas exigências sentidas por homens trans advêm de ideais do que seria um “homem completo” e/ou uma “transição completa”. Neste sentido, teriam de, primeiramente, recorrer a terapias hormonais e fazer a mastectomia e, posteriormente, a histerectomia e a faloplastia. Também intrinsecamente relacionada com estes conceitos, a noção de “transexualidade verdadeira” (Benjamin, 1966), ainda perpetuada pelos critérios de diagnóstico do DSM (2013) e do CID (2019) – ainda que com outras terminologias –, pressiona estes sujeitos a encaixar-se em modelos “normativos” e tidos como “saudáveis” (Diamond et al., 2011; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016). Estes discursos – propagados pelo poder médico, difundidos em sociedade, e até perpetuados por parte de outras pessoas trans (Coll-Planas, 2010) – podem, desta forma, concluir numa imposição de um “ódio” aos seus próprios corpos e na quase-obrigação de os mudar, de modo a sentirem-se legítimos e “normativos” dentro da própria não-normatividade. Assim, identificamos um primeiro código – *Sentir pressão para fazer mudanças corporais*. Para alguns participantes, esta pressão foi mais sentida no início das suas trajetórias enquanto pessoas trans, quando não havia um trabalho próprio de desconstrução de narrativas biomédicas:

“(...) aquela noção do homem completo, e que tem que fazer a transição completa, (...) achava muito que tinha de fazer a faloplastia e que tinha que fazer as cirurgias todas para ser completo, porque era isso que me era... era isso que eu via, esse discurso... mesmo dentro da comunidade trans, e eu achava que tinha que ser assim.” (E10PT)

“(...) eu sentia muita pressão, aliás, a comunidade trans tem pessoas muito transfóbicas (...) que acham que ser trans é uma doença (...) ou então simplesmente que para se ser um homem verdadeiro tem de se fazer as cirurgias todas, de uma ponta a outra...” (E11PT)

Para além disto, surgiu um segundo código – *Falocentrismo nas relações afetivo-sexuais*. Isto é, também o falocentrismo presente na nossa sociedade, muitas vezes manifestamente implicado nas vivências sexuais dos participantes, fica evidenciado como algo que poderá contribuir para esta pressão. Denota-se, assim, uma preterição em relação a “homens sem pénis” por parte de potenciais parceiros sexuais e afetivos, o que pode levar homens trans a confrontarem-se mais uma vez com estes ideais corporais do que seria um “homem verdadeiro” e a sentir que têm de se adequar aos mesmos. Alguns participantes, referem ainda o estatuto de “aberração” que sentem que lhes é atribuído nestes contextos, muito pelo facto de os seus corpos não serem vistos como passíveis de serem desejados:

“(...) dizem que o que gostam é, (...) é assim que as pessoas dizem, “eu gosto é de pila”, “tem de ser um homem verdadeiro”.” (E11PT)

“(...) sexualmente, muitas vezes, tu é rejeitado porque não tem um pau. (...) Às vezes eles colocam a gente como, sei lá, como se a gente não fosse gente como eles, (...) enfim, é como se tu ocupasse um espaço até de aberração às vezes.” (E5BR)

“É muito tipo “homem a sério” e todo esse tipo de comportamentos, tipo “ah mas eu quero a cena a sério, e não homem fantoche, que és tu que pareces homem mas depois não tens um pénis, então se calhar és meio homem, tipo...”.” (E10PT)

Assim, estes requisitos insistem na normatização dos corpos que não reproduzem uma identidade de género tida como normativa (Catalano, 2015; Missé, 2014; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016). Denota-se ainda, que estas pressões para fazer mudanças corporais – ou, pelo menos, desejá-las – de modo a possibilitar o reconhecimento de identidades trans, sucedem de sistemas opressivos, cisnormativos e patologizantes, que atribuem a corpos não normativos um lugar de abjeção (Butler, 1990; 1999; Catalano, 2015; Coll-Planas, 2010; Louro, 2001; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016).

2.1.2. Masculinidade Hegemónica

Para além da imposição para fazerem alterações aos seus corpos, muitos homens trans sentem-se ainda pressionados para se adequarem aos requisitos da masculinidade hegemónica. Como abordado no corpo teórico, a masculinidade hegemónica é considerada

a masculinidade modelo e/ou referência, que estabelece padrões a partir dos quais os homens são julgados e avaliados, sempre em confronto com o que é tido como um “homem de verdade” (Bento, 2015; Connell, 2005; Marques, 2011). Através da análise, e da emergência do código *Sentir pressão para aderir à masculinidade hegemónica*, percebemos que os homens trans entrevistados, sem exceção, – embora para uns mais conscientemente do que para outros –, se sentem pressionados a aderir aos comportamentos típicos desta masculinidade, de forma a sentirem-se pertencentes em sociedade. Esta pressão é ainda, geralmente, mais sentida no início das suas modificações corporais, quando estão a principiar um processo de construção de si mesmos enquanto homens:

“A maioria dos homens trans, sim [sentem pressão]. Acham que, bom, ser homem é... tem que se ser aquele homem machão alfa, maravilhoso, não tomar banho, não fazem a higiene, o gostoso pegador, tem de ser hétero...” (E5BR)

“(...) há muita pressão, porque pronto “se vais ser homem, tens de ser um homem a sério” e um “homem a sério” é um homem tóxico, é um homem forte e que faz tudo, e que... todos aqueles estereótipos associados aos homens cis que os homens trans acabam também por interiorizar e pensar “okay tenho que ser assim se quero alguma vez ser aceite por uma sociedade que só aceita que os homens sejam assim, portanto se eu for homem mas não for assim, acabo por não ser um homem completo”.” (E10PT)

Também como explorado anteriormente, alguns dos ideais da masculinidade hegemónica com que estes indivíduos se deparam são de força – expressa através de comportamentos agressivos e violentos – e de sucesso e de competitividade, que resultam numa imposição de uma constante segurança em si mesmos e na reafirmação da mesma (Almeida, 1995; Bento, 2015). Quase todos os participantes afirmam já ter sentido a imposição destes traços, através de uma insistente vigilância com várias origens – família, profissionais de saúde, sociedade em geral. Isto dá-se através de discursos que tentam determinar como é que um homem – para “ser homem” ou para “se fazer homem” – se deve comportar, que reações e expressões pode ou não adotar. Muitos referem sentir-se pressionados a expressar-se fisicamente “como homem”, o que pode incluir o modo de andar, de sentar, de falar, e até hábitos de higiene – surgindo o código *Estereótipos relacionados com a apresentação física*. Assim, nesta busca por ser reconhecido como um “homem de verdade”, homens trans podem sentir-se pressionados a corresponder a vários estereótipos do que seria uma figura masculina:

“(...) eu escuto muito do meu pai, “eu não vou te ajudar a carregar essas coisas porque agora tu é homem, tu tem que te virar”, (...) “agora tu é homem, tu tem de fazer isso”, “agora tu é homem, não pode ter medo de barata.” (E4BR)

“Como homem, tenho de ser relaxado, tenho que estar aqui sentado com as pernas bem abertas e coçando o saco e escarrando no chão para ser um homem de verdade. (...) Isso é muito esperado. (...) que ande fedendo, sei lá, descabelado, umas coisas assim.” (E4BR)

“(...) alguém decidiu que um homem tinha de ser ordinário a falar..., estás a ver, por isso, é-me quase exigido que eu seja ordinário a falar.” (E9PT)

Outra característica da masculinidade hegemónica é a desvalorização de tudo o que é tido como relativo à feminilidade (Bento, 2015; Connell, 2005; Welzer-Lang, 2001). Deste modo, homens trans são pressionados a rejeitar qualquer traço que seja lido como feminino, e a adotar comportamentos por oposição a estes. Assim, sendo a “fragilidade” e a emotividade tidas como pertencentes à feminilidade, aos homens são impostas a racionalidade e a negação da expressão de emoções – manifestamente através da ideia de que homens não choram, muito presente nas narrativas dos participantes. Para além disto, a restrição de comportamentos afetivos com outros homens é identicamente imposta e expectável – tendo-nos sido permitido identificar o código *Restrição de emoções e de comportamentos afetivos*. Estes fatores pressionam, então, homens trans a reprimirem o que sentem e/ou a forma como se exprimem:

“(...) ah não pode chorar, porque isso não é o que é esperado de ti, isso não é ser homem” (E8BR)

“Teve muitos amigos meus que “ah agora não posso mais te abraçar, então quando a gente se vê, a gente tem de se cumprimentar, porque agora tu é homem”.” (E4BR)

“(...) só posso mostrar segurança, não posso mostrar nenhuma insegurança para ninguém.” (E8BR)

Também a componente sexual e romântica das suas vivências pode ser instrumentalizada para afirmar masculinidades, através da importância dada à virilidade dos homens (Bento, 2015; Grave et al., no prelo) – surgindo dos dados o código *Hipersexualização*. Os participantes notam que, tanto imposto socialmente como a nível mais individualizado nas relações interpessoais, é esperado que se relacionem com múltiplas mulheres de forma compulsiva:

“(...) então tenho que ser o cara que pega todas, que fica com todo o mundo, (...) é uma coisa completamente naturalizada para a figura masculina, e quase que até compulsória, de reafirmação, por exemplo, para homens em contextos trans, tipo “ah como assim tu não é o pegador? Não vai querer ficar com todo o mundo? Agora tu pode”.” (E8BR)

Para além disso, alguns notam que é esperado, e até instigado, por parte de outros homens, que participem em situações de assédio e que sejam controladores com as suas parceiras, e ainda que vejam estas práticas como banais e comuns, surgindo o código *Violência, assédio e objetificação*. Assim, é normalizado que um “homem a sério” deve ter comportamentos sexistas e de violência (verbal, psicológica ou física) para com as mulheres:

“É cobrado que tu tenha aquele comportamento mais típico masculino, de ter tipo, olhar a guria [rapariga] na rua e chamar de gostosa, comentários, objetificar a pessoa, sabe.” (E4BR)

“Esperam de mim um comportamento (...), uma coisa mais machista.” (E7BR)

“(...) supostamente eu não podia estar okay com ela [a namorada] estar com amigos, (...) também já me disseram esse tipo de coisas, que a deixo vestir-se assim.” (E9PT)

“(...) há pessoas que dizem que para seres homem tens de bater na mulher.” (E1PT)

Tendo de ser constantemente reafirmada e lembrada, através desta noção de “homem verdadeiro”, fica a descoberto como, de facto, a masculinidade tem pouco ou nada de natural e/ou intrínseco aos indivíduos que se identificam como homens, mostrando-se como o género é performativo e construído socialmente (Butler, 1990). Para além disto, estes requisitos, ao forçar uma normatividade cisheteronormativa e binária, podem ser considerados uma forma de opressão em si mesmos, uma vez que a sua imposição limita as liberdades de homens trans, controlando as suas existências e vivências (Hird, 2000).

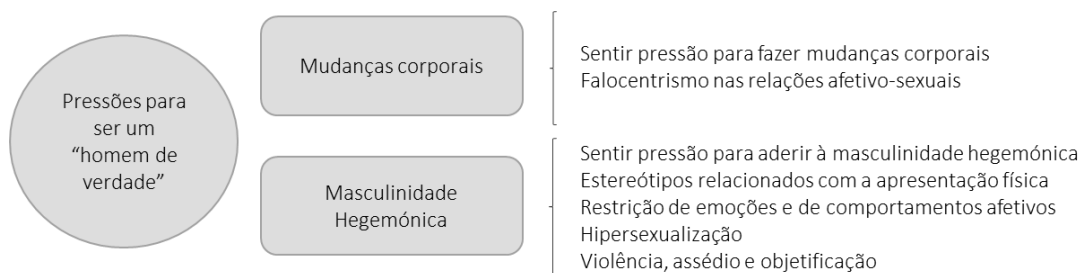


Figura 2. Mapa temático do Tema “Pressões para ser um “homem de verdade””

2.2. Tema II. Negociações com os discursos biomédicos

Deparados com as pressões referidas no tema anterior, homens trans têm de fazer várias negociações com as imposições que lhes são feitas acerca do que define um “homem de verdade”. Como tem vindo a ser referido, os discursos biomédicos perpetuam modelos binários de género, segundo os quais homens trans deveriam ter o desejo de uma “congruência” entre a sua identidade de género e o seu “sexo”, insistindo assim na necessidade de mudanças corporais para poderem ser legitimados como homens e como “verdadeiros transexuais” (Diamond et al., 2011; Rodrigues, 2016). Assim, neste tema – *Negociações com os discursos biomédicos* – focamo-nos nas formas como estes sujeitos encaram e lidam com o que é esperado dos seus corpos. Desde já, nota-se uma diferença entre os indivíduos que têm uma trajetória no ativismo e os que não a têm. Como seria expectável, os homens trans ativistas que foram entrevistados tinham uma perspetiva mais crítica em relação aos discursos biomédicos, rejeitando muitas vezes esta compulsoriedade

e defendendo uma perspectiva de autodeterminação (Coll-Planas & Missé, 2015). Por outro lado, os participantes que não tinham vivências de ativismo “caíam” mais no que chamamos de “internalização” destes discursos patologizantes. Para além disto, muitos homens trans sentem-se ainda obrigados a adotarem estes discursos, mesmo que não estejam em concordância com os mesmos. Assim, foram identificados vários códigos organizados em três subtemas: *Internalização*, *Rejeição e Autodeterminação*, e por fim, *Adoção Consciente*.

2.2.1. Internalização

A partir da análise temática, e de acordo com a literatura, percebemos que alguns homens trans internalizam e adotam os discursos biomédicos para dar sentido às suas experiências e vivências (Coll-Planas & Missé, 2015). Deste modo, não são poucos os homens trans que consideram que nasceram num “corpo errado” e que desejam submeter-se a intervenções para poderem vir a ser “homens de verdade”, nomeando-se este código *Sofrimento associado ao corpo*. Estes são os participantes que mais descrevem experienciar o que o DSM (2013) chama de “disforia de género”, utilizando eles próprios esta denominação:

“(…) desde pequenino que eu me sentia num corpo que não era meu, e aquele pensamento de (...) alguma coisa está errada.” (E1PT)

“Imagina estares a passar na rua, normal, e olhas para uma montra e vês um reflexo que tu ficas a pensar “quem é aquela pessoa?”, e não és tu, não podes ser tu porque não é isso que está dentro de ti.” (E1PT)

Consequentemente, muitos entendem a realização de mudanças corporais como a questão fulcral das suas identidades, interiorizando os critérios biomédicos para ser um “transexual de verdade” como essenciais para se perceberem enquanto homens trans (Coll-Planas & Missé, 2014) – surgindo o código *Mudanças corporais como necessidade e/ou fator central das suas identidades*. Assim, consideram as mudanças corporais fundamentais para poderem viver as suas verdades, como superação de um corpo que os “traía”:

“(…) sinto-me um homem num corpo que ainda não está lá.” (E1PT)

“(…) uma pessoa que está a fazer um processo em que nasce num certo corpo e depois está a fazer transição para outro é trans, transexual.” (E12PT)

“(…) a disforia de género, que é o nome médico, era considerado uma doença mental. É algo, é a desconexão entre o corpo e a cabeça. Portanto, se eu posso adequar o meu corpo àquilo que eu tenho aqui em cima, porque é que não o vou fazer?” (E12PT)

Muitos homens trans referem que, pelo menos numa fase inicial, se conformam com os discursos biomédicos por sentir que é a única forma de se afirmarem como homens e de se sentirem legitimados, tanto em sociedade como entre pessoas trans que impõem estes

modelos, o que resultou no código *Mudanças corporais por pressão de discursos biomédicos*. De facto, estes discursos estão tão disseminados que muitos homens trans internalizam-nos como a única possibilidade de fazer sentido de si mesmos. Assim, a maioria dos participantes – ainda que alguns tenham desconstruído estas narrativas mais tarde – começam as suas modificações corporais com estes paradigmas em mente:

“Eu conformava-me com isso, e eu queria amigos, então como eu queria amigos e essas eram as únicas pessoas que eu via, eu conformava-me e acreditava e dizia que sim, “é isso, é isso tudo”.” (E11PT)

“(...) eu, no início, achava muito que tinha de fazer a faloplastia e que tinha que fazer as cirurgias todas para ser completo, porque era isso que me era... era isso que eu via, esse discurso... mesmo dentro da comunidade trans, e eu achava que tinha que ser assim, e durante imenso tempo queria fazer a faloplastia...” (E10PT)

Denota-se, então, a importância da legitimação das suas identidades, por parte de disciplinas como a medicina e a psicologia, na vida de muitos destes homens trans. Muitos interiorizam estes modelos biomédicos como sendo a possibilidade de deixarem de sofrer e de poderem ser finalmente quem são, para além de justificar de alguma forma aquilo que sentem ao dar sentido às suas vivências (Coll-Planas & Missé, 2014; 2015; Rodrigues, 2016).

2.2.2. Rejeição e Autodeterminação

O segundo subtema – *Rejeição e Autodeterminação* – abarca a multiplicidade e complexidade de narrativas que, de algum modo, vão contra as imposições dos modelos biomédicos acerca das identidades trans. Com *rejeição* não pretendemos referir-nos aos homens trans que rejeitam qualquer modificação corporal – até porque todos os participantes estavam a fazer tratamento hormonal e, ou já tinham feito ou desejavam fazer a mastectomia –, mas sim aos indivíduos que expressam uma falta de concordância com o facto de estas mudanças serem impostas e exigidas para que se pudessem reconhecer e/ou ser reconhecidos enquanto seres masculinos. Assim, o que muitos questionam é a compulsoriedade dessas intervenções e a manutenção de discursos cisnormativos e patologizantes, que não reconhecem como legítimas e reconhecíveis existências que não se conformem com estes preceitos (Catalano, 2015; Coll-Planas, 2010; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016). Deste modo, enfatizam que um corpo tido socialmente e normativamente como masculino não é um critério para se ser ou para se construírem enquanto homens, constituindo assim o código *Não necessidade de mudanças corporais*:

“O que é que a gente classifica como homem de verdade? Tem um monte de homem aí que tipo por algum motivo amputou o pénis e não deixa de ser um homem por não ter um pénis.” (E4BR)

“Um homem verdadeiro é quando uma pessoa se sente como um homem, ponto final. Não há homens verdadeiros porque têm os órgãos genitais ou porque têm as cirurgias todas...” (E11PT)

“Ser homem é simplesmente o que eu sinto, sentir-me bem com o meu corpo, mesmo que o meu corpo seja visto na sociedade como um corpo de mulher. É eu ver o meu corpo como um corpo de homem.” (E11PT)

Neste sentido, foi identificado um outro código a que demos o nome de *Problematização de discursos biomédicos*. Alguns homens trans têm algumas reservas no que concerne à experiência da incongruência e do sofrimento associado ao corpo, vendo-a como algo causado socialmente, e não como advinda meramente da experiência psicológica e individual. De facto, estes modelos biomédicos continuam a patologizar pessoas trans, ao invés de problematizar os sistemas opressivos cisheteronormativos com que estas se confrontam diariamente (Arán et al., 2008; Coll-Planas, 2010; Platero, 2014; Rodrigues, 2016). Neste sentido, seria em contacto com as expectativas e imposições de género presentes na sociedade que estes homens trans sentiriam uma desadequação em relação aos seus corpos. Assim, são as características físicas que ficam visíveis aos outros, como o peito, que mais os incomodam – não por uma questão inerente à pessoa, mas antes pela percepção social de que esses traços constituem um corpo feminino e não masculino. São estas imposições e pressões sobre como um homem deve parecer que podem levar homens trans a sentir desconforto em relação aos seus corpos e a desejar modificá-los:

“A minha disforia sempre foi muito social, sempre foi a percepção das pessoas (...) se para as pessoas fosse normal um homem ter um peito grande, okay (...), mas como não é o caso, era difícil.” (E9PT)

“(...) se não tivesse padrões na sociedade que um homem deveria ser assim ou assado, eu me identificaria como um homem mas não me sentiria disfórico porque eu tinha seios, e aí eu não precisasse achar que eu tinha de fazer uma mastectomia porque tipo aquilo seria o meu corpo masculino.” (E4BR)

“Eu lidei bem com o período, com o peito é que não. Sei lá, o período não me fez confusão, (...), era só meu, ninguém sabia.” (E9PT)

“(...) a disforia só existe porque, pelo menos a meu ver, (...) porque a sociedade o quer. (...) Se desde o início não houvesse essa coisa de um homem e de uma mulher, (...) acho que ninguém sentia disforia.” (E11PT)

Ainda assim, alguns homens trans, mesmo que já tenham adotado estes discursos que lhes permitiam legitimar as suas existências nas fases mais iniciais das suas mudanças corporais, admitem uma desconstrução de ideais normativos sobre os seus corpos. Para além do fator importante que é a legitimação e o reconhecimento social como homens, através destas intervenções, também a legitimação enquanto homens trans “de verdade” se torna

uma preocupação. No entanto, através de um processo de desconstrução destes discursos, alguns passam a problematizar a ideia de “transição completa” como necessária para serem reconhecidos e verem as suas identidades validadas pelos outros:

“(...) a ideia das “transições completas” e isso, não faz absolutamente nenhum sentido para mim. (...) não é um requisito necessário para a pessoa ser válida ou para ser realmente o seu género. (...) mas só depois de conseguir realmente desconstruir, (...) para que é que eu vou estar a passar por isso (...) só para ter tipo a aprovação externa de outras pessoas...” (E10PT)

“(...) quando fiz o meu coming out como trans, eu queria fazer a faloplastia, que é a cirurgia genital, mas (...) quando eu me apercebi “eu não preciso disso”, eu não tenho disforia genital, e eu posso ser um homem com uma vagina, porque não interessa, (...) eu sou homem e ponto final. (...) eu antes queria ter um pénis, mas acho que era mesmo para agradar a sociedade, não era para me agradar a mim.” (E11PT)

Os mesmos indivíduos problematizam ainda os discursos que insistem na existência de “corpos errados” que deveriam ser mudados para se conformarem a ideais corporais cisnormativos, binários e essencialistas. Em concordância com o que foi dito no enquadramento teórico, para estes homens trans, a noção de “nascer no corpo errado” perpetua a ideia de que pessoas trans poderiam e/ou deveriam ser “curadas” ou “corrigidas” através de modificações corporais (Missé, 2014; Oliveira, 2014; Platero, 2014). Isto torna-se problemático uma vez que patologiza as identidades trans, reforçando a imposição de intervenções cirúrgicas como solução para esta suposta inconformidade. Assim, alguns homens trans afirmam que estes discursos existem como forma de culpabilizar e exercer controlo sobre os seus corpos, normatizando-os ao que é esperado do seu género – os corpos dissidentes teriam de ser readequados através de dispositivos cisnormativos:

“(...) eu não vejo, inclusive, cirurgias de redesignação sexual como a cirurgia reparadora, porque para mim não há erro, ainda que a pessoa tenha disforia.” (E8BR)

“Porque “nascer no corpo errado” (...) o meu corpo não é errado, não existe nada de errado no meu corpo, isso é mais uma culpabilização dos corpos trans, que são errados e nasceram mal e têm que ser mudados até ao fim, para serem verdadeiramente certos... tipo, não, o meu corpo não é errado. Existem coisas no meu corpo com as quais eu não me sinto confortável e se eu não me sentir confortável eu posso mudá-las (...) porque o meu corpo é meu, e não errado.” (E10PT)

“Ser trans é uma doença e a intervenção é a cura..., tipo não, não! (...) a ideia de patologizar tudo o que sai fora da norma (...), nasceste fora da norma, mas vamos corrigir o mais rápido possível e de forma completa, de forma a que sejas quase indistinguível das pessoas “normais”.” (E10PT)

Ao fazer esta desconstrução dos modelos biomédicos e a partir da problematização da existência de critérios de diagnóstico para as suas vivências e experiências, alguns homens trans defendem, por oposição, um modelo de autodeterminação e autoidentificação (Catalano, 2015; Coll-Planas, 2010; Oliveira, 2014; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016) –

surgindo o código *Autodeterminação*. Acreditam que não deveriam ser impostas normas a que pessoas trans tenham de aderir para serem legitimadas, e que só um novo paradigma a partir do qual cada indivíduo é capaz de se autodeterminar, faria sentido. Refutam, assim, a necessidade de serem avaliados por autoridades biopsicomédicas para verem o seu género validado, uma vez que as suas identidades não deveriam ser reduzidas a um relatório ou a um diagnóstico nem à modificação dos seus corpos de modo a serem encaixados numa matriz cisheteronormativa (Coll-Planas, 2010; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016):

“(...) só a própria pessoa é que consegue perceber se é trans ou não, e esses requisitos... eu sinto que a única coisa necessária para uma pessoa ser trans é uma pessoa se identificar como trans.” (E10PT)
“(...) isso não faz sentido nenhum, eu pôr a minha identidade em cheque para outra pessoa avaliar. A minha identidade é uma coisa muito pessoal, muito minha, só eu realmente sei quem eu sou, e eu pôr-me ali a ser avaliado por outra pessoa que nunca me viu, nunca me conheceu, nunca me acompanhou, e estar nas mãos dessa pessoa decidir se eu realmente tenho acesso a tratamentos...” (E10PT)

Denota-se, assim, como a patologização das pessoas trans resulta num e de um olhar individualista destas identidades, ao focar a questão no sujeito não-normativo que precisa de ser readequado. Por oposição, um novo paradigma de autodeterminação viria questionar e desconstruir os sistemas opressivos e as relações de poder que constroem o “normal” e o “anormal” e, ainda, o “saudável” e o “patológico” (Bento, 2006).

2.2.3. Adoção consciente

Por fim, a partir da análise realizada, identificamos uma terceira negociação possível com os modelos biomédicos. Este subtema diz, então, respeito à necessidade percecionada por homens trans para adotarem estes discursos, conscientemente de acordo com as exigências que lhes são feitas. Assim, identificamos o código *Adequação do Discurso*. Como referido na revisão teórica, partindo da pressão sentida para se conformarem a uma narrativa específica do que seria uma trajetória trans “normativa”, muitos indivíduos acabam por fazê-lo, principalmente em contacto com profissionais de saúde mental, de modo a serem validados como pessoas trans e a conseguirem os relatórios necessários para fazerem as alterações que lhes pareçam mais adequadas a si mesmos (Coll-Planas & Missé, 2014). Muitos admitem que têm de assinalar que os seus corpos são “errados” e que têm de ser “corrigidos” e, ainda, de focar excessivamente na vivência de sofrimento:

“(...) tu adequa o teu discurso. (...) Se tu não comprar discurso de “sou o erro”, “preciso de ser readequado” (...) não vão fazer para ti.” (E8BR)

“(...) eu foquei (...) na disforia, e no sofrimento, na automutilação (...), foquei-me muito mais nisso porque eu sabia que isso ia dar muito mais credibilidade à minha história.” (E10PT)

“Tem que haver essa parte do sofrimento do corpo, (...) que eu senti algum, mas não senti quase nada, e eu lá tinha que dizer “sim, sim, eu sofro muito, eu odeio o meu corpo”.” (E11PT)

Assim, e como discutido na primeira parte deste trabalho, mostra-se como os poderes biopsicomédicos insistem em não reconhecer existências trans não-normativas como legítimas (Catalano, 2015; Coll-Planas, 2010; Preciado, 2019; Rodrigues, 2016). No entanto, uma vez que homens trans têm necessidade de ver as suas identidades validadas dentro deste modelo, de modo a terem acesso a serviços e cuidados, podem acabar por fabricar e produzir falsas narrativas. Se não parecerem conformar com os critérios sexistas e cisheteronormativos (sentir desconforto relativamente ao corpo, ter preferências que espelham estereótipos de masculinidade), correm o risco de não serem vistos como autênticos ou como trans “de verdade” (Oliveira, 2014). Deste modo, os discursos biomédicos insistem numa hierarquização de existências trans, sendo umas mais “verdadeiras” que outras, relegando, assim, o que foge à norma a um lugar de inferioridade (Coll-Planas, 2010; Oliveira, 2014; Rodrigues, 2016). Como consequência, foi identificado um outro código – *Negação da diversidade de identidade trans*: esta pluralidade é então negada e diminuída para se poder encaixar nos critérios de diagnóstico impostos (Alves, 2012; Catalano, 2015; Hird, 2000; Missé, 2014; Oliveira, 2014; Rodrigues, 2016):

“Para mim não faz absolutamente sentido nenhum, porque não só exclui as pessoas com uma diversidade nas suas narrativas e nos seus percursos de vida, porque na verdade (...) as pessoas trans não são todas iguais, não têm todas as mesmas experiências, não cresceram todas da mesma maneira, não sentem todas a mesma coisa. Aquilo cinge a experiência trans a uma coisa mínima.” (E10PT)

Fica evidenciada, assim, a impossibilidade de delimitar o que é uma existência trans “normativa” e “verdadeira”. Ao contrário do que os discursos biomédicos fazem querer parecer, não há uma única trajetória possível para as identidades trans, mas antes uma multiplicidade de existências que podem abarcar experiências e vivências muito diversas entre si (Rodrigues, 2016). No entanto, a patologização das transexualidades, ao impor avaliações e relatórios psicológicos e/ou psiquiátricos, limita a autonomia destes indivíduos, para além de deslegitimar e desumanizar qualquer existência e corpo que não se conforme aos moldes cisheteronormativos (Alves, 2012; Bento, 2006; Catalano, 2015; Hird, 2000; Missé, 2014; Oliveira, 2014; Rodrigues, 2016). Desta forma, como também referido anteriormente, a prática psicológica pode deixar de servir um propósito terapêutico para passar a consistir numa avaliação destes sujeitos, determinando quem é “trans de verdade” e/ou “homem de verdade” (Coll-Planas, 2010; Oliveira, 2014; Preciado, 2019; Rodrigues,

2016). Para além disto, a necessidade percebida por homens trans para se adequarem e adotarem estes discursos, tanto em contacto com profissionais de saúde como nos seus contextos diários, denota a insistência de modelos essencialistas, binários e redutores do que é ser homem e masculino, para além de contribuir para a sua perpetuação (Rodrigues, 2016).

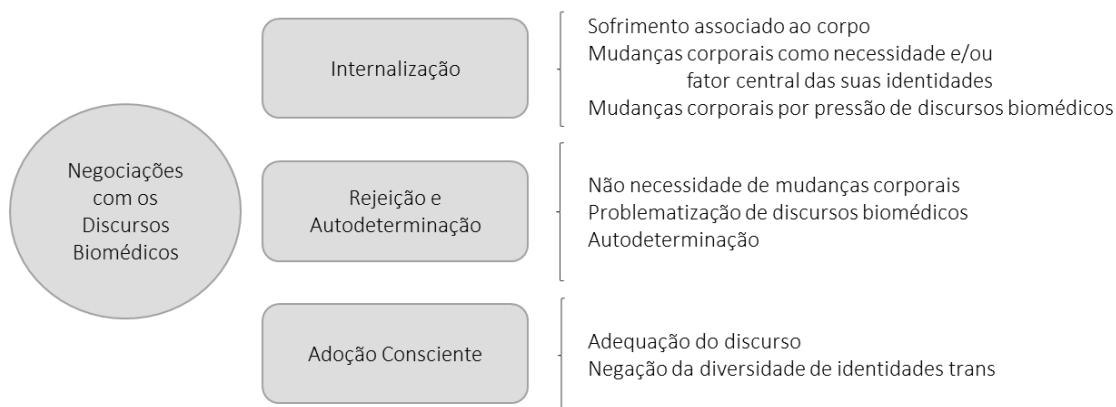


Figura 3. Mapa temático do Tema “Negociações com os Discursos Biomédicos”

2.3. Tema III. Negociações com a masculinidade hegemónica

Ainda em confronto com as pressões para serem reconhecidos como “homens de verdade”, homens trans têm também de fazer várias *negociações com a masculinidade hegemónica*. Como refere Jourian (2017), os modelos hegemónicos de masculinidade são omnipresentes, contribuindo, assim, para moldar a forma como homens trans constroem as suas masculinidades em constante confronto com estes ideais. Assim, foram notadas diferentes formas de lidar com estes constrangimentos. A maioria dos participantes diz rejeitar traços desta masculinidade, no entanto, também a grande maioria dos participantes admite recorrer a alguns comportamentos compensatórios, que podem culminar em masculinidades mais dominantes, de maneira a serem reconhecidos como homens em sociedade. Outros referem que, por vezes, precisam de se autopolicar para não perpetuarem comportamentos sexistas, uma vez que é muito comum observarem estas atitudes entre outros homens trans. Assim, foram identificados vários códigos, organizados em três subtemas: *Rejeição*; *Conformação e Autopoliciamento* e *Comportamentos Compensatórios*.

2.3.1. Rejeição

Através da análise desenvolvida, percebemos que todos os homens trans entrevistados procuram distanciar-se da masculinidade hegemónica. Neste sentido, dizem rejeitar

determinados traços desta masculinidade, especialmente a violência e a agressividade. Muitos referem ainda que se sentem mal consigo mesmos se se aproximam de comportamentos dessa ordem, surgindo o código *Não querer ser “esse tipo de homem”*. Assim, em concordância com a literatura, muitos homens trans adotam uma perspetiva crítica, questionando e desconstruindo este modelo dominante (Jourian, 2017). Os participantes desta investigação rejeitam, então, uma masculinidade hegemónica e dominante, que procura ter poder sobre “o outro”, que é sexista e homofóbica, e que prega a violência, o controlo e a intimidação:

“(...) performar uma masculinidade hegemónica e tóxica, baseada na violência, seria a última coisa assim, é algo que eu evito assim, inclusive tipo se eu me vejo agindo de uma maneira próxima disso, eu fico mal mesmo, tipo não é o homem que eu quero ser.” (E3BR)

“Acho que ia ser um bocado perder-me nos ideais que eu tenho se me tornasse esse tipo de homem.” (E1PT)

“(...) não me identifico de todo com esta cultura machista e heteronormativa e tóxica.” (E10PT)

Uma das expectativas mais questionadas por parte destes homens é a imposição de comportamentos violentos relativamente a mulheres. Não só a violência física sobre as mulheres com quem estabelecem relações de intimidade, mas também comportamentos controladores com as mesmas. Para além disto, todos rejeitam afincadamente comportamentos relacionados com o assédio e a objetificação de mulheres:

“(...) eu não me vou estar a conformar com estar a bater em mulheres e isso só para ser masculino.” (E11PT)

“Eu acho que essa situação da masculinidade vem muito por tentar conter as mulheres ali e isso para mim não faz sentido.” (E9PT)

“(...) em ambientes muito machistas (...) todo mundo ficava olhando para as bundas das gurias e tipo eu não olhava e eles estranhavam.” (E6BR)

Outro aspeto de uma masculinidade tipicamente dominante, que para muitos é questionado, é a restrição de emoções. Assim, rejeitam a noção de que “um homem não chora” e não deve expressar sentimentos, entendendo estas características como fazendo parte das vivências de qualquer ser humano e não exclusivamente das feminilidades:

“Se queres chorar, choras, sendo mulher ou sendo homem. Se queres chorar, chora! Ninguém tem de guardar sentimento nenhum, ninguém tem de se calar seja do que for, ninguém tem de guardar o choro para nada, ninguém tem sequer de chorar sozinho, seja homem ou seja mulher (...) um homem não pode chorar, um homem tem de ser duro, um homem tem que ser não sei o quê, não... não tem. Lógico que não tem.” (E9PT)

Por outro lado, a rejeição da masculinidade hegemónica, tal como abordado no enquadramento teórico, pode levar a uma demora na identificação destes indivíduos

enquanto homens, funcionando como um impedimento para esta identidade ser reconhecida e aceite (Rubin, 2003). Assim, surgiu o código *Masculinidade Hegemónica como entrave à identificação*. O constante confronto com a noção do que constitui um “homem de verdade”, e a consequente rejeição destes ideais, pode resultar no retardamento de uma identificação despreocupada como homem. Um participante, em particular, refere que, por ter, por tanto tempo, identificado traços da masculinidade hegemónica como significantes de “ser homem”, não conseguia reconhecer-se como tal. De facto, só a partir da desconstrução do que é “ser homem” ou “ser masculino”, e depois de chegar à conclusão de que não é necessário ser-se sexista para se ser homem e que nem todos os homens são necessariamente sexistas, é que lhe foi possível uma identificação e aceitação da sua identidade sem culpa:

“(...) eu rejeito, e isso foi uma das minhas dificuldades em me assumir, eu rejeito muito a masculinidade hegemónica (...) tinha isso como impeditivo de me assumir e de me aceitar.” (E3BR)

Já outro participante teve a sua identificação como homem “atrasada” por não sentir atração por mulheres. Sendo a heterossexualidade uma das características fundamentais de um “homem de verdade”, homens trans podem sentir que não o são caso não correspondam a este requisito. Para além disto, este indivíduo refere ainda que a trajetória mais comum e disseminada entre homens trans passa por uma “fase lésbica”. Assim, o facto de não se ver representado nessa narrativa resultava num impedimento de se reconhecer enquanto homem. Mais uma vez, foi também através de um processo de desconstrução da heterossexualidade compulsória e do entendimento da possibilidade de existências de homens trans gays ou bissexuais que se tornou possível a identificação e a aceitação enquanto homem:

“(...) eu tinha aquela ideia bem errónea de que para me identificar como homem trans, como as outras pessoas que eu via que eram pessoas trans, eu tinha de passar pela fase de lésbica, (...) eu não entendia como é que eu podia me identificar como homem e não gostar de mulher, e aí foi um processo bem longo e penoso para entender que existiam homens trans que eram gays ou bissexuais.” (E4BR)

2.3.2. Conformação e Autopoliciamento

Em contacto com as pressões para ser um “homem de verdade”, muitos são os homens trans que sentem que só através de uma conformação com esses ideais seria possível serem legitimados como homens. Assim, foi possível identificar o código *Conformação de homens trans à masculinidade hegemónica*, relacionado com a perceção que estes homens têm da normalização que há da masculinidade hegemónica entre os seus pares. Embora sejam poucos os participantes que assumem ter estes comportamentos típicos de uma masculinidade dominante, todos parecem concordar e admitir que uma procura por esta

masculinidade é comum entre homens trans – muitos internalizam modelos hegemônicos impostos através de expectativas de gênero, indo ao encontro do que foi encontrado na literatura (Jourian, 2017). Mais uma vez, isto pode dar-se com vários propósitos, entre os quais, o mais claro, é a necessidade de se afirmarem – tanto para eles próprios como para os outros – como “homens a sério”. Tal como supramencionado no enquadramento teórico, existir dentro de uma estrutura que impõe uma normatividade cisgênera, heterossexual e sexista pode facilmente levar homens trans a incorporar uma expressão de gênero que lhes permita ser reconhecidos como homens – através da adesão a uma masculinidade convencional e da perpetuação de estereótipos de gênero (Coll-Planas, 2010; Jesus, 2014; Koyama, 2003; Rodrigues, 2016). Assim, muitos acabam por se conformar a esta masculinidade de modo a sentir-se legitimados em sociedade como homens – por vezes tentando afastar-se do rótulo “trans”:

“Muitas pessoas trans que sentem que para ser válidas (...) têm que ser “homens a sério”, e os homens “a sério” na sociedade têm estes comportamentos, portanto eles têm esses comportamentos na esperança de serem aceites e vistos como homens cis (...) e querem tanto desapegar-se da (...) etiqueta trans, que acabam por ter comportamentos tóxicos, porque pronto isto é que é um “homem a sério”, certo? (...) como isso contribui para que as pessoas sejam lidas como homens e é isso que realmente desejam... acabam por ter esses comportamentos na mesma.” (E10PT)

“E aí para (...) meio que legitimar aquela existência que tu está tentando construir, muitos dos meninos acabam adotando uma masculinidade tóxica, sendo muito machistas, sexistas...” (E7BR)

“O que acontece muito com homens trans é que eles tentam esquecer esse outro tempo [lidos enquanto mulheres], e daí acabam reproduzindo tanto quanto, sabe, as violências que eles próprios passaram, porque para eles é uma afirmação daquela masculinidade que eles estão criando.” (E7BR)

No entanto, surgiu ainda o código *Reconhecimento e autopolicimento*. Para a maioria dos homens trans entrevistados, a noção destas atitudes dominantes nos outros fá-los ter cuidado para não as perpetuar, comportando-se de outras formas quase por oposição ao reconhecimento que há destes comportamentos – principalmente sexistas – entre os próprios homens trans. Assim, mesmo quando assumem que, por vezes, têm atitudes não tão igualitárias entre gêneros, segue-se uma postura de reconhecimento e arrependimento numa tentativa continuada de não serem sexistas:

“(...) a gente às vezes reproduz (...) isso foi uma coisa que eu sempre me cuidei (...) me cuidei bastante porque não é assim, não acho que tu tem menos qualidades por ser mulher.” (E4BR)

“(...) por mais que às vezes eu, teoricamente, eu saiba, ainda assim reproduzo muita coisa ainda, que eu estou tentando largar.” (E7BR)

2.3.3. Comportamentos Compensatórios

Outra negociação que homens trans fazem com as expectativas de gênero com que são confrontados constantemente mostra-se através da adoção de comportamentos compensatórios de masculinidade. Como explorado na primeira parte desta dissertação, estes comportamentos – que vão conscientemente ao encontro do que é esperado da masculinidade – têm o propósito de reafirmar as suas masculinidades e garantir o reconhecimento como homens em determinadas situações e contextos (Jourian, 2017; Vegter, 2013). Deste modo, a partir do primeiro código identificado – *Procura de reconhecimento* –, percebemos que grande parte dos participantes recorrem, ou já recorreram, a estes comportamentos com o objetivo de serem reconhecidos e aceites enquanto homens. Quando sentem ser necessário, homens trans podem fazer-se valer de estratégias (e.g. a forma de vestir, o uso de *binder*⁹, a forma de andar e de falar) que garantam que a sua identidade é respeitada:

“(...) eu estou numa fase de, pelo menos, procurar me expressar de uma maneira mais masculina por questões de reconhecimento social enquanto um ser masculino.” (E3BR)

“Eu penso na roupa que vou usar, não saio de casa sem binder, por exemplo (...), nisso eu penso, mas mais por uma questão de evitar maiores constrangimentos assim, de tipo já estar num lugar estranho ao mundo que não me reconhece como um ser masculino e enfim, tentar remediar.” (E3BR)

Também de acordo com a literatura, a análise realizada permitiu identificar o código *Início das mudanças corporais*, que nos permite perceber que estes comportamentos são mais observáveis no início das trajetórias destes indivíduos enquanto pessoas trans, de forma a possibilitar afirmar as suas identidades masculinas quando estas não são tão reconhecidas socialmente só por si (Vegter, 2013). Isto estaria, então, relacionado com a falta de “passabilidade” que estes sujeitos têm nessas fases e com o desejo de serem lidos como masculinos, quando faltam certos marcadores físicos associados à identidade de gênero masculina, marcadamente a voz grossa, o peito liso e a barba (Jourian, 2017). Alguns participantes referem também que nesses períodos iniciais, só adotando estes comportamentos compensatórios é que se sentem confortáveis consigo mesmos em contacto com os outros:

“(...) talvez no início da transição sim, porque eu cheguei a estimular uma coisa para a sociedade me enxergar como tal (...) até porque tu começa, tu não está com os traços muito masculinos e tal, então tu acaba adotando outras formas de poder representar aquilo que não fisicamente.” (E7BR)

⁹ Um *binder* é uma peça de vestuário (ou um tecido) utilizada com o objetivo de encobrir a presença de mamas e tornar o peito perceptivelmente liso.

“Já tive a necessidade de sentar-me assim [abriu as pernas, baixou o tom de voz], estás a ver, à homem (...), tive aquela fase no início em que precisava mesmo de me sentir e mostrar, porque era a única maneira de me sentir confortável.” (E9PT)

“(...) no início da minha transição, fazia imenso... tentar, cada vez que andava na rua, tentar ter um ar masculino e estar assim e sentar-me assim nos transportes (pernas abertas, ocupar mais espaço) tipo sabes aquelas coisas associadas aos homens, eu tentava imenso fazer e reparava imenso nesses detalhes.” (E10PT)

“Agora tomo mais consciência disso, por exemplo, antes de eu começar a tomar testosterona, eu lembro-me que eu tinha certos comportamentos para parecer mais homem.” (E12PT)

Ainda indo ao encontro do que é dito no corpo teórico, foram encontradas várias narrativas que evidenciam a adoção destes comportamentos em situações em que existe uma *Perceção de falta de segurança*, nome atribuído a este código (Abelson, 2014). Deste modo, quando se sentem ameaçados, homens trans podem exacerbar as suas expressões de masculinidade, como forma de proteção face a possíveis agressões verbais e/ou físicas. Seguem alguns exemplos:

“(...) para não sofrer qualquer tipo de preconceito, discriminação, dependendo de onde eu estou assim, eu evito andar muito rebolado também.” (E5BR)

“(...) já tive de andar na rua muitas vezes e fazer cara feia e inflar o peito, porque eu estava em espaços em que (...) a pessoa não podia imaginar quem eu era senão eu estaria em risco. (...) Então tu acaba adotando algumas coisas para se autodefender.” (E7BR)

“(...) ponho os ombros mais para cima, (...) ando assim de uma forma mais confiante, e parece que a minha (...) expressão fica (...) mais assustadora. (...) é só mesmo por uma razão de segurança durante aqueles segundos.” (E11PT)

Por último, estes comportamentos são também notados no *Convívio com outros homens*, outro código que surgiu dos dados. Alguns homens trans admitem ter estas preocupações sobre ser “homem suficiente” em situações sociais com homens que tenham masculinidades mais dominantes e adotam comportamentos compensatórios com o propósito de se sentirem aceites como “tão homens como...”:

“Talvez um bocado na maneira como interajo com rapazes. (...) coisas que eu nunca faria mas faço só porque pronto, é tipo, é o que se faz. (...) Acho que é mais para ser tipo aceite.” (E2PT)

“Eu não fazia nada mas pensava sobre isso, tipo (...) demonstrar que eu podia, que nem eles, coisas da vida, assim tipo “ah eu também sou desejado”, por exemplo, sabe, tipo “eu também sei jogar futebol”, coisas assim. Mas uma coisa de estarmos trocando uma ideia e daí eu via “ai contei esta história na real só porque quero ser aceite”. (E3BR)

Finalmente, de acordo com as narrativas obtidas durante as entrevistas, homens trans vão deixando de sentir a necessidade de recorrer a estes comportamentos, surgindo assim o código *Libertação de comportamentos compensatórios*. Isto aconteceria quando e porque

passam a ter uma maior “passabilidade” com o tempo, havendo um reconhecimento social deles enquanto homens sem terem de forçar alguma expressão que o garanta. Ao sentirem-se mais seguros e confiantes nas suas identidades e aparências, sem terem de se provar a si ou aos outros, deixam de precisar de recorrer a estas estratégias ou evitar certas expressões tidas como femininas. Assim, tal como encontrado na literatura, a adesão a performances associadas a uma masculinidade dominante tende a diminuir conforme avançam nos seus processos de mudanças corporais (Almeida, 2012; Vegter, 2013):

“A cirurgia veio-me ajudar muito. (...) foi o que me veio tirar esse peso todo de tentar provar alguma coisa e “tens de agir assim e tens de agir assado e não podes por a perna ali” (...) E tudo isso veio fazer com que me sentisse mais confortável e foi-se tornando cada vez mais fácil eu aceitar-me.” (E9PT)

“(...) agora, no ponto da transição em que estou, (...) eu acabo por não ter de provar a minha identidade enquanto homem... que eu antes tinha de fazer, porque não tinha uma passabilidade tão masculina.” (E10PT)

“Agora já estou mais à vontade... a minha voz já mudou, também já estou diferente a nível de cara, de várias coisas, já não me sinto tão inseguro.” (E12PT)

Também os participantes que ainda se encontram nestas fases iniciais reconhecem os seus comportamentos compensatórios, mas esperam conseguir libertar-se deles no futuro, logo que o seu reconhecimento social como homens aumente:

“(...) eu vejo que hoje, se eu tivesse uma barba (...) e eu quisesse passar um batom para ir numa festa, eu super passaria, não me ia importar, sabe, e eu não faço.” (E3BR)

“Eu me hormonizo ne, eu penso que em algum momento eu vou me sentir mais confortável para me expressar livremente.” (E3BR)

Concluindo, a partir da análise realizada, mostra-se como expressões tradicionalmente masculinas continuam a ser cruciais para a legitimação destes homens como “homens de verdade” – resultados que entram em concordância com estudos anteriores (Jourian, 2017; Vegter, 2013). Para além disto, mostra-se como o género é performado e concretizado em interações sociais, sendo que homens trans adotam diferentes expressões de género em determinadas situações, numa constante (re)negociação com o que é esperado deles, os seus objetivos e a sua agência. No entanto, estas pressões e expectativas podem resultar na necessidade de se provarem constantemente como “homens de verdade”, procurando, assim, afirmar e reafirmar as suas masculinidades persistentemente. Assim, muitas vezes, quando esta afirmação não pode ser feita a partir de símbolos corporais de masculinidade – como a barba e o peito liso –, ainda cruciais para um reconhecimento como seres masculinos (Aboim, 2016), homens trans podem acabar por adotar expressões associadas a uma masculinidade hegemónica. Evidenciam-se, desta forma, as imposições

que são feitas para poderem ser validados como “homens de verdade” e o esforço exigido para que possam obter esse reconhecimento – passando muitas vezes por contradições consigo mesmos.

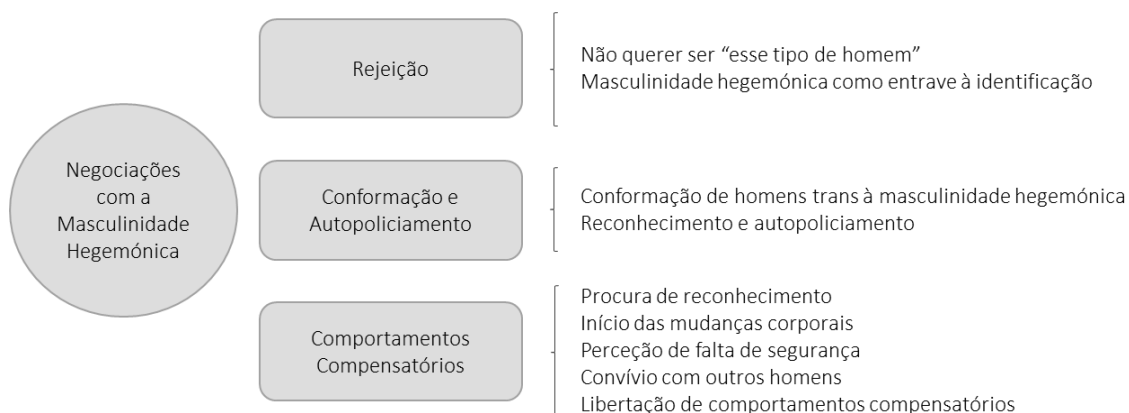


Figura 4. Mapa temático do Tema “Negociações com a Masculinidade Hegemónica”

2.4. Tema IV. Reconhecimento como “homem de verdade”

O quarto tema que surgiu desta análise está relacionado com as mudanças na forma como homens trans são tratados a partir do momento em que são lidos como homens em sociedade. Assim, a “passibilidade” permite o reconhecimento destes indivíduos como “homens de verdade”, o que lhes pode conferir novas posições sociais. A partir de uma comparação com as suas vivências pré-mudanças corporais, alguns homens trans notam alguns privilégios próprios das vivências de seres masculinos numa sociedade que os favorece, reconhece e respeita. Outros, no entanto, notam também algumas opressões, tendo em conta a interseccionalidade das suas pertenças identitárias, que passaram a sofrer e que não conheciam antes. Assim, este tema está subdividido em dois subtemas – *Privilégios Masculinos* e *Interseccionalidade e matriz de opressão*.

2.4.1. Privilégios Masculinos

Ao passarem a ter um reconhecimento como “homens de verdade”, homens trans podem passar também a usufruir de privilégios que são concedidos a homens dentro de uma estrutura sexista (Connell, 2005; Schrock & Schwalbe, 2009). De entre os homens trans entrevistados, a maioria menciona a perceção e a vivência de privilégios masculinos quando passam a ser socialmente lidos como homens, o que vai ao encontro do que foi encontrado na literatura (Aboim, 2016; Schilt, 2010) – surgindo o código *Consciência de privilégios*. Deste modo, mesmo que estes homens não adotem uma masculinidade dominante podem

continuar a lucrar com ela, no sentido em que este modelo perpetua uma valorização de homens em detrimento de outras identidades (Connell, 2005). Assim, mesmo não sendo algo que procurem, alguns privilégios passam a ser vivenciados quando começam a ser reconhecidos como homens. Os participantes notam marcadamente um maior reconhecimento, mais facilidade em serem ouvidos, mais respeito e valorização pelas coisas que fazem e dizem, e ainda uma maior propensão para lhes serem atribuídas posições de autoridade. Para muitos destes homens, há a sensação de que a vida ficou “mais fácil”, com menos preocupações e menos necessidade de se provarem como pessoas capazes:

“(...) certas coisas se tornaram muito mais fáceis e eu tive muito mais reconhecimento para as coisas que eu gostava de fazer pelo simples facto de eu ser lido no masculino.” (E4BR)

“E enquanto pessoas te categorizam enquanto homem, (...) as coisas pareçam muito mais fáceis, é como se fosse o privilégio masculino mesmo, (...). De antes me tratarem como se eu não soubesse nada e agora (...) parece que ninguém me questiona nada.” (E5BR)

“Eu acho que parte de ser homem (...) passa por experimentar esse privilégio de tu não ser questionado, interrogado... E não que seja uma coisa que tu estás procurando necessariamente, mas é uma coisa que acontece quando tu assume essa posição de homem.” (E6BR)

“(...) há um respeito maior, há uma consideração maior, não é visto como objeto mais, (...) é uma coisa menos inferiorizada, como se tivesse subido algum tipo de nível nas categorias sociais.” (E5BR)

“Mas eu tenho noção dos privilégios que isso me traz, enquanto uma sociedade machista, enquanto uma sociedade que valoriza ou privilegia a figura masculina.” (E8BR)

Este reconhecimento de privilégios parece advir principalmente de terem experienciado e terem um entendimento maior de como pessoas que são percecionadas como mulheres são lidas e tratadas. Por eles próprios terem vivenciado essa realidade, notam diferenças acentuadas no que diz respeito à forma como são tratados em sociedade, agora que são reconhecidos como homens. Assim, parecem ter uma consciência maior dos privilégios que possuem enquanto homens numa sociedade marcadamente sexista:

“Porque eu consigo estar nos dois lados, consigo compreender os dois lados porque, lá está, “fui mulher”. ” (E1PT)

“Eu só fui ter percepção de isso hoje vivendo do outro lado da moeda, de perceber o quanto que coisas que são cobradas para ti não fazem a mínima diferença para mim hoje, não são questionadas para mim enquanto uma figura lida socialmente como masculino.” (E8BR)

Outro código identificado refere-se a um *Sentimento de impunidade*, ou seja, à sensação de que homens, em sociedade, por serem privilegiados, têm muitas mais liberdades para fazerem o que quiserem – referindo-se aqui várias vezes à normalização de atitudes e comportamentos sexistas – sem serem responsabilizados ou questionados:

“Acho que isso [os privilégios] dá muita liberdade também para os guris [rapazes] avacalharem com a coisa toda e não pensarem mais na porcaria que estão reproduzindo, que estão fazendo. Porque tu tem essa liberdade muito grande assim, tipo tu é um homem, o mundo te pertence...” (E4BR)

“A partir do momento em que tu passa a viver essa realidade, a ser lido como homem, é muito fácil reproduzir isso.” (E4BR)

Assim, mostra-se como estes privilégios só surgem nas experiências de homens trans quando estes são lidos como um ser social específico, ou seja, como “homens”. Deste modo, não basta *ser* homem para se ser, de alguma forma, beneficiado nesta estrutura de relações de género – têm também de (re)produzir e aderir a performances social e culturalmente estabelecidas sobre o que compõe esta categoria (Butler, 1990).

2.4.2. Interseccionalidade e matriz de opressão

Este segundo subtema está relacionado com o modo como a interseccionalidade de determinadas pertenças identitárias (Crenshaw, 1994; Nogueira, 2017; Rodrigues, 2016), que atravessam as existências destes homens trans, potenciam experiências de opressão que, até serem reconhecidos como homens, não ocorriam. Por um lado, *Experiências de homofobia* – um dos códigos identificados –, nos casos de homens trans não-heterossexuais:

“Se estou com o meu namorado, sei lá, no comboio e estamos de mãos dadas ou eu estou com a cabeça pousada no ombro dele, tipo sinto os olhares de reprovação, mas acho que isso tem mais a ver com a orientação sexual.” (E10PT)

“(...) ah simplesmente eu estava com o meu namorado e ela (...) achou por bem vir-nos dizer que nós éramos anormais e que não nos devíamos comportar assim.” (E12PT)

No entanto, embora estes homens sofram comentários e violências homofóbicas, referem como estas ameaças podem ser compensadas por via de expressões mais “normativas” de masculinidade – os comportamentos compensatórios abordados anteriormente:

“(...) se calhar num contexto em que eu sinta que estou em perigo, por exemplo (...) estou a passar por skinheads, nós já levamos com comentários, eu e o meu namorado, homofóbicos, e eu largo-lhe a mão e eu mudo completamente porque eu penso “(...) tu não és assim, mas durante 10 segundos, tu vais ter de ser hétero, e vais ter de ser todos os papéis de género e toda aquela masculinidade que a sociedade te impõe, só porque tu não queres levar uma facada”.” (E11PT)

O mesmo já não acontece com as *Experiências de racismo* – o segundo código identificado – contadas por um dos participantes. Denota-se aqui uma diferença drástica entre as narrativas dos homens brancos e a narrativa de um homem negro (brasileiro) entrevistado – e não só negro, como “pobre” e periférico. Assim, interseccionam-se várias dimensões, para além da identidade trans – “raça”, classe social e localização geográfica –

criando-se uma matriz de opressão concreta, que multiplica a situação de opressão deste indivíduo (Crenshaw, 1994; Nogueira, 2017; Rodrigues, 2016). De facto, enquanto quase todos os participantes referem vivências de privilégio ao serem identificados como homens, este homem trans em particular refere não sentir privilégio algum no lugar que ocupa em sociedade enquanto homem negro e periférico. Deste modo, as masculinidades de homens trans negros são moldadas pelo racismo (interpessoal, estrutural, sistémico), uma vez que a vivência desse sistema opressivo os informa de como são lidos pelos outros (Jourian, 2017). Assim, este participante expõe como é percecionado como uma ameaça e um perigo para os outros, para além de ser constantemente abordado e assediado pela polícia:

“(...) ‘‘você teve uma ascensão com o privilégio’’, (...) eu dispenso, porque homem preto, trans, eu não vejo privilégio algum... Talvez um homem branco trans, mas eu não tenho privilégio algum, sabe. Não gosto de sair na rua e estar sempre... ser lido como uma ameaça.’’ (E7BR)

“(...) percebi que as pessoas estavam me vendo como um homem quando a polícia me começou a perseguir.’’ (E7BR)

Para concluir, vivências são atravessadas por vários marcadores sociais que se interseam (Crenshaw, 1994; Nogueira, 2017; Rodrigues, 2016): ainda que quase todos os participantes referissem vivências de privilégio ao serem identificados como homens, isto não pode ser tido como linear.

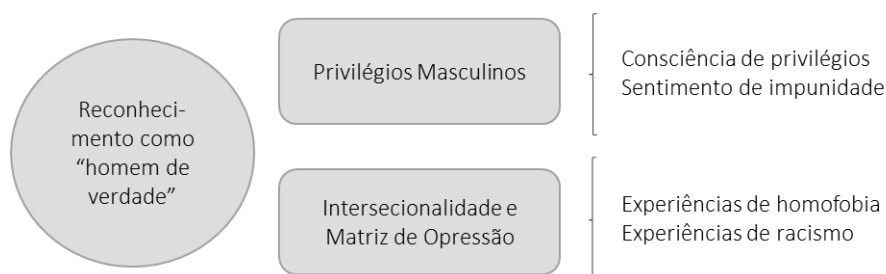


Figura 5. Mapa temático do Tema “Reconhecimento como “homem de verdade””

2.5. Tema V. Construção de masculinidades alternativas

Por fim, o último tema obtido a partir da análise feita dos dados recolhidos – *Construção de masculinidades alternativas* – está relacionado com o modo como estes homens, em integração com os temas anteriores, constroem as suas masculinidades. Para todos eles, é importante e desejada uma apresentação tida como masculina e o reconhecimento social como homens. No entanto, denota-se que, embora por vezes as suas expressões de género possam coincidir com as expectativas sociais sobre as masculinidades, estes homens constroem-se a partir do que os permite alcançar um lugar de conforto consigo mesmos,

valorizando uma sensação de autenticidade e verdade em relação a quem são, surgindo dois códigos que deram origem ao primeiro subtema: *Masculinidades de verdade*. Por outro lado, o segundo subtema, a que demos o nome de *(Des)construção*, engloba os códigos que surgiram das narrativas em que homens trans mostram e procuram construir masculinidades mais justas e igualitárias, através da desconstrução de ideais hegemónicos e dominantes.

2.5.1. Masculinidades de verdade

A partir da análise dos dados recolhidos, foi notado que os homens trans entrevistados concordam com a existência de uma multiplicidade de formas de se ser masculino. Não só cada um pode ter uma forma própria de expressar a sua masculinidade, mas também as suas masculinidades podem ser expressas de formas diferentes em determinados contextos. Assim, ainda que sempre em contacto e em constante negociação com o que é esperado deles enquanto homens, estes indivíduos tentam construir as suas próprias masculinidades. No entanto, embora “masculinidade” possa ter significados diferentes para cada um deles – algo assumido por todos os participantes –, acaba por ser expressa através de comportamentos e preocupações com aspetos semelhantes: formas de vestir, de andar, de falar ou de se movimentar. Para estes homens trans, são estas expressões físicas que os faz sentirem-se masculinos e reconhecidos como tal pelos outros – surgindo o código *Desejo de ser reconhecido como homem*. Este reconhecimento revela-se significativo, na medida em que contribui para a afirmação das suas identidades masculinas e que os faz sentirem-se mais seguros e confortáveis consigo mesmos (Aboim, 2016; Green, 2005):

“Claro que quero ser lido enquanto homem na sociedade.” (E5BR)

“Eu gosto que tenham a perceção de que eu sou um homem, (...) gosto de ser reconhecido como um homem, porque é isso que me faz sentir confortável.” (E9PT)

Assim, ainda que às vezes algumas das suas expressões possam coincidir com os estereótipos da masculinidade e do que é “agir como homem”, não o fazem devido a imposições externas (ou internas), mas por vontade própria. Nota-se assim a grande importância que uma sensação de conforto tem na maneira como estes indivíduos se comportam e expressam. Deste modo, nomeamos um segundo código: *Masculinidade como possibilidade de serem quem são*. Assim, as suas masculinidades estariam muito mais relacionadas com a forma como cada um se sente verdadeiro, livre e confortável consigo mesmo, do que com qualquer ideal a que se sintam pressionados a aderir:

“A minha masculinidade é sentir-me bem. Na minha postura, na roupa que eu uso, nas minhas ações... Para mim, isso é a minha masculinidade, percebes? É eu poder ser quem eu sou.” (E1PT)

“É muito mais um feeling de estar bem comigo mesmo e para mim isso é a minha masculinidade (...), uso as roupas que eu gosto, barba, enfim, porque eu curto, eu me sinto bem com isso, então, não é uma coisa, eu não me sinto obrigado a manter isso, eu só gosto e sinto-me bem assim. (...) Então é muito aquela coisa construída, de construir a minha masculinidade, de eu olhar assim e me identificar “bom, eu estou bem comigo mesmo”. ” (E5BR)

“Eu não me sigo muito pelas normas, mas eu faço o que faz sentido para mim, o que acaba muitas vezes se alinhar com as normas, mas, basicamente (...) ser masculino para mim é ser aquilo que eu me sinto confortável em ser, é vestir aquilo que eu me sinto confortável, é ter o cabelo que eu me sinto confortável, é usar expressões que fazem sentido para mim e que são naturais para mim, e não ter que estar a esforçar nada... é tipo ser verdadeiro para mim mesmo.” (E10PT)

Assim, e indo de encontro à literatura, denota-se que o grande objetivo destes indivíduos é alcançar um lugar de bem-estar consigo mesmos – o que muitas vezes passa por se expressarem de maneiras lidas como masculinas (Nunes, 2016). Deste modo, ainda que correspondam a alguns estereótipos de masculinidade, não é esse o foco das suas vivências, mas antes obter um entendimento das suas existências e expressões como sendo autênticas e espontâneas. Acima de tudo, estes homens trans desejam poder ser quem são, adotando expressões que os façam sentir-se verdadeiros para eles próprios.

2.5.2. (Des)construção

Por fim, é neste último subtema resultante da análise que se nota a maior confluência entre todos os temas até agora tratados. A partir da libertação de pressões sentidas sobre o que é ser um “homem de verdade”; da desconstrução e rejeição de narrativas hegemônicas acerca das masculinidades; da libertação dos comportamentos compensatórios; e do reconhecimento de privilégios masculinos – parece dar-se uma construção de masculinidades alternativas, livres e espontâneas, que procuram ser mais justas e igualitárias. Assim, identificou-se o código *Construção através da desconstrução* – um processo contante de reconstrução de masculinidades por parte de homens trans (Jourian, 2017). Isto é, partindo da tomada de consciência e desconstrução do que é dado em sociedade, estes homens (des)constroem-se conscientemente enquanto seres masculinos, em constante questionamento sobre que tipo de homem querem ou desejam ser:

“Eu estou construindo a minha masculinidade, que eu acho que é uma masculinidade interessante. É uma construção que passa primeiro por uma... desconstruir para depois, aos pouquinhos, ir construindo algo. (...) Até para tu quebrar a regra tu tem que saber qual é a regra.” (E7BR)

“E aí entra a parte da ideia da desconstrução, que tu na verdade é uma eterna desconstrução para formar alguma coisa. (...) porque não adiantaria de nada passar por tudo o que eu passei e aí tá, mas

que tipo de homem eu devo ser? (...) E aí, então é uma construção que na verdade só veio com a desconstrução de muita coisa.” (E8BR)

Através da análise, surgiu também o código *Noção de privilégios como fator decisivo* – isto é, para alguns homens trans, o desejo de construir masculinidades mais justas pode emergir do reconhecimento de privilégios masculinos. Ao serem confrontados com uma mudança – por vezes drástica – na forma como são tratados, sentem-se muitas vezes responsáveis por não perpetuar comportamentos e atitudes sexistas de que eles próprios foram vítimas. Alguns não só não adotam esses comportamentos, como também não compactuam com outros homens que o façam. Assim, é pelas suas vivências e trajetórias enquanto pessoas trans que alguns dos participantes sentem que têm uma maior predisposição a rejeitar comportamentos preconceituosos e discriminantes e, consequentemente, a desejar construir masculinidades mais “justas”.

“(...) é o mínimo que eu posso fazer num contexto que me privilegia, (...) o dever de colocar reflexões pontuais que têm de ser colocadas por alguém, e isso eu me sinto com fala, extremamente responsável por isso. (...) porque para mim foram essenciais para a construção da ideia do tipo de homem que eu gostaria de ser.” (E8BR)

“Talvez a gente tenha uma sensibilidade maior porque talvez a gente estava do outro lado, passou muitas opressões, então para nós acaba sendo mais visceral.” (E7BR)

“Eu jamais gostaria de ser uma pessoa cis, não tendo essa consciência dessa vivência trans, porque (...) não tenho garantia que eu não seria um babaca.” (E8BR)

Muitos referem ainda o desejo de se sentirem livres de categorias impostas de género, surgindo o código *Críticas ao sistema binário de género*. Deste modo, questionam e problematizam o binarismo de género, assim como a compulsoriedade de uma normatividade cisgénera imposta às suas vivências e corpos. Por oposição, defendem a desconstrução destas categorias biomédicas e essencialistas e a criação de novos paradigmas acerca do que é ser homem e do que é ser masculino. Com isto, pretendem a possibilidade de existências mais livres e espontâneas:

“(...) chega dessas categorias biomédicas, chega dessas coisas culturais que nós temos aí que são muito conservadoras, fechadas, preconceituosas, discriminantes. Então vamos construir, vamos discutir as masculinidades, o que é ser homem, (...) e vamos pegar e criar novos paradigmas” (E5BR)

“(...) as pessoas reprimem muitas partes da sua identidade que, se calhar noutro contexto, se sentiriam muito mais livres a exprimir e seriam pessoas muito mais, com muita mais abertura, e muito mais felizes, e muito mais espontâneas, e que não teriam medo de sentir repercussões pelos seus comportamentos que com esta imposição de binarismo de género, acabam por não sentir...” (E10PT)

Foi possível ainda identificar um outro código – *Subversão das normas*. Estes indivíduos não pretendem apenas subverter as categorias binárias de género, como se

assumem como a própria transgressão face às mesmas, fazendo lembrar Preciado (2019, p. 36) quando afirma que o seu *Manifesto Contrassexual* “não começa com um apelo à revolução, mas com a constatação de que nós somos a revolução que está já em curso.” Os homens trans que adotam esta posição são, assim, consciente e orgulhosamente anti-sistema, revolucionários, transgressores, *queer* e incomodativos numa sociedade que se quer dentro das normas:

“Eu sou, por natureza, um transgressor (...) me identificando como uma pessoa trans.” (E7BR)

“(...) ao identificar-me como pessoa trans já quebrei imensas regras (...) e sinto que (...) nem é tanto ir contra essas regras, é mais destruir essas regras, fazer com que elas não existam.” (E10PT)

“(...) eu me sinto um corpo estranho no mundo de uma maneira positiva, sabe. Porque se não fosse um corpo estranho... o mundo é estranho, entende? Ser padrão só não rola.” (E3BR)

“Eu quero incomodar, eu quero gritar. (...) Acho que a ideia é fazer as pessoas pensarem né. Tipo é provocar mesmo. (...) Só o facto de incomodar já está muito bom.” (E5BR)

Como conclusão, estes processos continuados de desconstrução resultam na construção de “novas” masculinidades que rompem com os modelos hegemónicos de masculinidade. Deste modo, com tudo o que tem vindo a ser dito sobre a forma como homens trans se constroem, pode-se concluir que estes sujeitos podem ocupar um lugar “privilegiado” para criar masculinidades não violentas, mas antes saudáveis, empáticas, sensíveis e funcionais – contribuindo, assim, para uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, emergiu um último código: *Masculinidades trans como alternativa à masculinidade hegemónica*. No fundo, os homens trans que participaram neste estudo têm um desejo em comum: serem eles próprios e, simultaneamente, a melhor pessoa possível. Assim, as masculinidades trans têm potencial para gerar uma mudança de paradigma, ao mostrar alternativas a uma masculinidade hegemónica, dominante e essencialista:

“Eu vejo nas transmasculinidades a possibilidade de quebrar com a masculinidade hegemónica e construir novas masculinidades saudáveis, funcionais, para uma sociedade igualitária” (E3BR)

“O que é para mim ser homem? (...) não sei a resposta, acho que nunca vou saber, como isso é um processo... estou aprendendo a criar uma masculinidade que a mim me agrada, onde eu não sou violento com as pessoas e, enfim, não reproduzo essas violências.” (E7BR)

“(...) é isso que faz ser quem eu sou, é isso que promove a construção do tipo de homem que eu quero ser, (...) eu acho que é agir na contramão, tentar também construir masculinidades menos tóxicas, acho que é isso.” (E8BR)

Assim, evidencia-se a necessidade de discutir, questionar e desconstruir o que é “a masculinidade”, não apenas de uma perspetiva identitária e individual, mas entendendo estas relações de género como fundamentais para a possibilidade de uma sociedade mais justa (Connell, 2005):

“É importante não trabalhar apenas as feminilidades, mas questionar a masculinidade também, porque ela é tóxica, não só para as mulheres, mas para os próprios homens que vivenciam isso e são afetados por isso.” (E5BR)

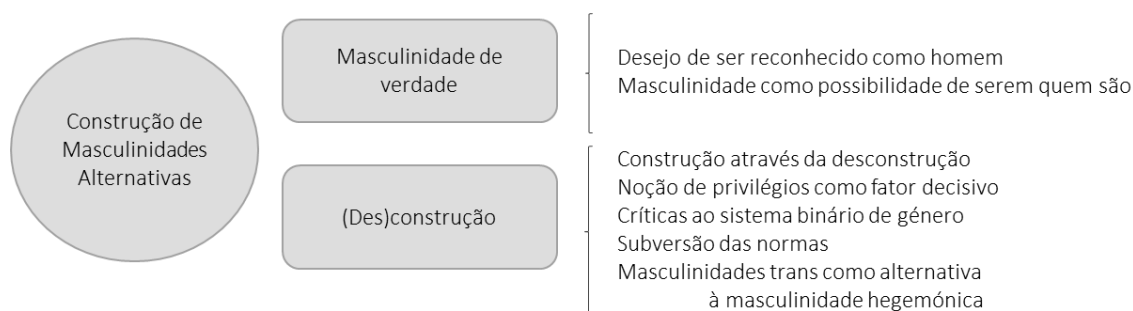


Figura 6. Mapa temático do Tema “Construção de Masculinidades Alternativas”

Ao longo da presente análise, e à medida que foram emergindo os temas (discutidos acima) assim como as relações que se estabelecem entre si, foi possível identificar um **organizador central: “homens de verdade”**. Com a expressão “homens de verdade” pretende-se ilustrar o constante confronto entre homens trans e as noções hegemônicas e essencialistas que insistem em definir o que é “ser homem” e o que é “ser masculino”. Somos, assim, levados/as numa viagem na qual se vão construindo masculinidades – através de pressões, negociações, reconhecimento e desconstruções de ideais.

Percebemos que vivências não normativas continuam a ser vistas como menos legítimas, e que se não se adequarem a modelos cisheteronormativos, através de modificações corporais e da adoção de comportamentos expectáveis de masculinidade, os homens trans correm o risco de não ser reconhecidos como homens ou sequer como corpos passíveis de humanidade. Consequentemente, podem surgir várias formas de lidar com estas pressões: através da conformação e/ou internalização destes modelos binários e hegemônicos; através da sua rejeição; e/ou através da adoção consciente destas narrativas e/ou comportamentos, em determinados contextos.

O desejo de verem as suas identidades validadas pode, então, levar homens trans a adotar expressões de gênero reconhecíveis socialmente. Ainda, a partir deste reconhecimento como “homem de verdade” e ao alterar-se a forma como são percebidos, também a forma como são tratados muda. Deste modo, os participantes notam privilégios nas suas experiências como homens ou, pelo contrário, opressões antes desconhecidas nas suas existências. É também este confronto com a realidade de ser lido como “homem de verdade” e a tomada de consciência da sociedade como não igualitária que, muitas vezes, os incentivam a querer ser “melhores” pessoas.

Por fim, ao longo desta caminhada, alguns homens trans podem ir desconstruindo esta noção de “homem de verdade” enquanto se constroem, simultaneamente, como seres que se consideram autênticos e verdadeiros para si mesmos e que lutam por uma sociedade mais justa. Deste modo, vê-se nas masculinidades trans uma possibilidade de subverter noções normativas de gênero e, ainda, de criar masculinidades mais adequadas, respeitadoras e que valorizem todas as existências por igual, por oposição a uma masculinidade dominante e dominadora. Assim, a ideia de “homem de verdade” deixa de ser definida por discursos cisheteronormativos e patologizadores e passa a englobar todos os indivíduos com uma identidade masculina, que procuram construir-se a si mesmos, independentemente das normas reiteradas persistentemente. Para estes homens, ser “homem de verdade” é “apenas” a possibilidade de ser quem são:

“(...) isso foi uma coisa que já me fez muita confusão, como eu disse, eu já quis ser um “homem verdadeiro”, mas a partir do momento em que eu percebi que nós temos de mudar o mundo neste aspeto, eu estou-me a cagar para o que é que as pessoas acham que é um homem verdadeiro. Eu sou um homem verdadeiro, ponto final.” (E11PT)

Conclusão

Esta dissertação pretendeu explorar as formas como homens trans se constroem como seres masculinos, enquanto têm de lidar, simultaneamente, com imposições do sistema binário e essencialista de género e ideias hegemónicas de masculinidade.

Através dos discursos dos participantes percebemos que, de facto, homens trans sentem **pressões para ser um “homem de verdade”** e, assim, aderirem, por um lado, a exigências do modelo biomédico sobre as suas identidades, e por outro, a expressões da masculinidade hegemónica. Estes discursos binários e cisheteronormativos pressionam homens trans a passar por mudanças corporais, de modo a existir uma congruência entre sexo e género, e ainda a forçar expressões reconhecíveis e legitimadas de masculinidade – perpetuando a noção de que qualquer vivência que não se encaixe no binarismo de género não é válida nem desejável.

Consequentemente, estes indivíduos podem fazer várias **negociações com os discursos biomédicos**. Alguns internalizam discursos patologizadores e focam-se na vivência do sofrimento associado ao corpo e nas intervenções médicas como forma de o ultrapassar. Outros rejeitam a compulsoriedade e insistência destes modelos, problematizando ainda discursos cujo foco recai sobre a existência de sofrimento causado por uma suposta incongruência entre corpo e género e o desejo de a “corrigir”. Assim, mesmo pretendendo realizar algumas mudanças corporais, defendem a despatologização das suas identidades e um modelo de autodeterminação através do qual cada pessoa seria a única capaz de validar a sua identidade. No entanto, muitos são os homens trans que sentem a necessidade de adequarem os seus discursos ao que é expectável de uma trajetória trans. Quando em contextos clínicos, a criação de “falsas” narrativas – e/ou o foco específico nalguns temas valorizados por critérios de diagnóstico – pode ser uma estratégia utilizada para que as suas identidades sejam legitimadas. Deste modo, nota-se como os discursos biomédicos contribuem para limitar a pluralidade de vivências trans através de dispositivos de normalização cisnormativos.

Homens trans têm ainda de fazer várias **negociações com a masculinidade hegemónica**. Todos os participantes, sem exceção, dizem rejeitá-la, afastando-se de expressões dominantes. No entanto, ainda que a rejeitem, ou se tentem policiar para não a perpetuar, todos os participantes referem ser comum a adesão a estas expressões hegemónicas entre homens trans. A partir dos seus discursos, ficou perceptível como a grande

maioria recorre a comportamentos compensatórios de masculinidade que estão conscientemente de acordo com as expectativas de género e que têm por objetivo afirmar as suas identidades masculinas, quando estas não são tão reconhecidas ou se sentem ameaçadas. Assim, mostra-se como expressões associadas a uma masculinidade dominante podem ser fundamentais para a legitimação de homens trans, para além de se evidenciar como as pressões sentidas por estes indivíduos para serem e agirem como “homens de verdade” podem concluir num esforço compulsório para que obtenham esse reconhecimento em sociedade. Ainda que rejeitem a masculinidade hegemónica, muitos acabam por adotar alguns comportamentos que lhes permitam ver as suas identidades validadas, numa constante (re)negociação das suas identidades e o que é esperado deles.

Partindo dos discursos dos participantes, percebeu-se ainda que a forma como homens trans são percecionados e tratados a partir do seu **reconhecimento como “homem de verdade”** sofre alterações. Assim, através da “passabilidade” – e da adesão a *performances* associadas ao masculino –, homens trans podem passar a usufruir de privilégios masculinos próprios de uma estrutura sexista. Outros, no entanto, podem passar a sofrer várias opressões tendo em conta a interseccionalidade dos seus marcadores sociais de diferença. Assim, embora a maioria dos participantes refira a vivência de privilégios, isto não deve ser dado como adquirido nem como não questionável.

Por fim, notou-se a possibilidade de **construção de masculinidades alternativas**. Ainda que o desejo de um reconhecimento social como homens ou como seres masculinos os possa levar a adotar uma apresentação que coincida com as expectativas sociais, os participantes concordam que são estas expressões que lhes permitem alcançar um lugar de bem-estar consigo mesmos, contribuindo para a sua afirmação enquanto pessoas masculinas. Assim, alguns assumem que não objetivam ser homens estereotipadamente masculinos nem aderir à masculinidade hegemónica, mas que frequentemente as expressões que os fazem sentir confortáveis e “verdadeiros consigo próprios” – a forma de vestir, de andar, de sentar – podem assemelhar-se a traços da masculinidade dominante. No entanto, grande parte dos homens trans entrevistados procuram (re)construir masculinidades mais livres e igualitárias, através da desconstrução e rejeição de modelos binários e hegemónicos. Deste modo, estes indivíduos parecem construir-se conscientemente e em constante questionamento acerca de que homens desejam ser, num processo constante de reconstrução das suas masculinidades. Concluindo, a partir de processos contínuos de desconstrução, homens trans podem ter uma maior propensão para criar masculinidades não violentas, mas antes empáticas, e que contribuam para uma sociedade mais justa de relações de género. As masculinidades trans

podem, então, apresentar-se como potenciadoras de uma mudança de paradigma ao mostrar alternativas à masculinidade hegemónica.

Torna-se necessário, deste modo, reconhecer a diversidade de identidades trans assim como a multiplicidade de formas destes sujeitos se constroem como homens ou como seres masculinos. Trata-se, assim, de promover um questionamento sobre o que é “ser homem” e/ou “ser masculino” – afastando-nos de definições essencialistas e limitadoras –, e de dismantlar a ideia de “homem de verdade” – que pressiona homens trans a aderirem a ideais hegemónicos de masculinidade e a modelos biomédicos e binários de género. É importante, portanto, reclamar uma mudança cultural, que implicaria a desconstrução destas duas dimensões centrais deste trabalho de investigação, potenciando uma compreensão crítica tanto das identidades trans como das masculinidades.

Para isto, e partindo de uma perspectiva *queer* e construcionista social, mostra-se urgente subverter e romper com a lógica dicotómica que impõe o binarismo de sexo/género e a norma cisheterossexual e que, ao determinar quem são os indivíduos que podem ser considerados legítimos e ilegítimos, tem como consequência a classificação e a exclusão (Butler, 1990; Louro, 2001). Pretende-se, por oposição, discutir e problematizar as relações de poder que constroem o “normal” e o “abjeto”, o “saudável” e o “patológico”, entendendo a relação de interdependência entre estes conceitos.

Assim, por um lado, mostra-se necessário problematizar os modelos biomédicos que patologizam e controlam as identidades trans e que insistem na compulsoriedade de mudanças corporais – através de dispositivos de normalização cisnormativa –, vendo-as como instrumentos reparadores centrais para o reconhecimento e legitimação destes indivíduos como pertencentes à esfera da humanidade. Estes discursos perpetuam a invisibilização da diversidade de identidades e corpos, mantendo como única referência um sistema binário de sexo/género e relegando estas pessoas a um lugar de patologização. Defendemos, por oposição, um modelo de autodeterminação que carregue consigo a possibilidade de novas (des)construções identitárias como igualmente legítimas (Coll-Planas & Missé, 2015; Missé, 2014; Oliveira, 2010; Platero, 2014; Rodrigues, 2016).

Por outro lado, é fundamental problematizar modelos hegemónicos, discutindo e evidenciando a multiplicidade de formas de construção de masculinidades. Para além disto, denotamos como a masculinidade hegemónica é prejudicial para todos e todas, tanto por perpetuar a submissão de mulheres como por submeter os próprios homens a estes requisitos restritivos de liberdades (Bento, 2015; Connell, 2005). Assim, mostra-se imprescindível

discutir as masculinidades, revelando também as imposições a que homens trans estão sujeitos e as *performances* a que muitas vezes têm de aderir para serem reconhecidos e respeitados como homens em sociedade. Deste modo, ainda que queiram ser a mudança, pode haver contextos em que as suas expressões são limitadas pela omnipresença destes ideais dominantes. Mesmo assim, é importante reconhecer estes indivíduos como agentes das suas próprias vidas e como capazes de fazer escolhas políticas e críticas que contribuam para um mundo mais justo socialmente.

Por fim, com estas problematizações, pretende-se reconhecer e potenciar a possibilidade de vidas mais livres e espontâneas – não só tolerando, mas celebrando a diversidade e as existências subversivas. Assim, é urgente questionar as estratégias normalizadoras que ditam e restringem as identidades, os corpos, as formas de viver e de se construir.

Enquanto psicólogos/as que fazem investigação sobre identidades trans, é fundamental valorizar uma busca de conhecimento em co-construção com as pessoas que as vivenciam, entendendo-as como protagonistas das suas próprias vidas. Para além disto, é imperativo tornar a prática clínica menos patologizante, formando e consciencializando psicólogos/as para o respeito por existências não-normativas quanto à identidade e/ou expressão de género. Através de uma perspetiva crítica, é urgente promover a abertura a novas conceções sobre as experiências de pessoas trans, entendendo que as ferramentas que a psicologia toma como garantidas e emprega para normalizar e patologizar estas identidades, assim como os conceitos de “saúde” e “doença”, não existem no vazio, sendo construídos socialmente. Deste modo, pretende-se que os/as profissionais que contactam com esta população sejam também cidadãos/ãs implicados na mudança social e que contribuam para a vivência plena das identidades e corpos, sem a necessidade de os ajustar a moldes cisheteronormativos (Rodrigues, 2016).

No que diz respeito às limitações do estudo, destacam-se as consequências advindas da pandemia do coronavírus, que fez com que o número de entrevistas realizadas fosse menor do que o expectável. Para além disto, embora o número de participantes seja equivalente entre Portugal e Brasil, devemos ter em conta a discrepância da dimensão dos dois países em causa. Assim, e adotando uma perspetiva que tenha o conhecimento como situado, talvez um maior número de participantes no Brasil – e de outras zonas geográficas que não o Sul –, nos trouxesse uma maior variedade de trajetórias e experiências de homens trans. Quanto a investigações futuras, parece essencial valorizar ainda mais uma perspetiva interseccional, tendo em conta marcadores sociais como a idade, a “raça”/etnia,

autoidentificação e a localização. Deste modo, seria possível alcançar um conhecimento mais aprofundado sobre as masculinidades trans, possibilitando um entendimento maior sobre como diferentes pertenças identitárias influenciam as vivências de homens trans.

Em suma, a partir desta dissertação de mestrado, pretende-se visibilizar alternativas aos sistemas opressivos que moldam as vivências de homens trans. As histórias de vida destes homens permitem romper as fronteiras do binarismo de género e subverter modelos biomédicos e hegemónicos de masculinidade, e assim mostrar como estes controlam e restringem a diversidade humana. É necessário, então, um maior e mais inclusivo reconhecimento de identidades trans e de formas de “ser homem”, sem as negar ou oprimir.

Referências Bibliográficas

- Abelson, M. J. (2014). Dangerous privilege: Trans men, masculinities, and changing perceptions of safety. *Sociological Forum*, 29(3), 549-570.
- Aboim, S. (2016). Trans-masculinities, embodiments and the materiality of gender: bridging the gap. *NORMA*, 11(4), 225-236.
- Almeida, G. (2012). “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades?. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 513-523.
- Almeida, M. V. (1995). *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Alves, H. (2012). *Introdução ao transfeminismo*. *Transfeminismo*. Obtido em: <http://transfeminismo.com/introducao-ao-transfeminismo/>
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5 ed.). Arlington, VA: American Psychiatric Publishing.
- Arán, M., Zaidhaft, S., & Murta, D. (2008). Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 70-79.
- Benjamin, H. (1966). *The Transsexual Phenomenon*. Obtido em: <http://www.mut23.de/texte/Harry%20Benjamin%20%20The%20Transsexual%20Phenomenon.pdf>
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Editora Garamond.
- Bento, B. (2015). *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. (2 ed.). Natal, RN: EDUFRN.
- Bockting, W., Benner, A., & Coleman, E. (2009). Gay and bisexual identity development among female-to-male transsexuals in North America: Emergence of a transgender sexuality. *Archives of Sexual Behavior*, 38(5), 688-701.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. sage.

- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York, NY: Routledge.
- Butler, J. (1999). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Catalano, D. C. J. (2015). “Trans enough?” The pressures trans men negotiate in higher education. *Transgender Studies Quarterly*, 2(3), 411-430.
- Carrigan, T., Connell, B., & Lee, J. (1985). Toward a new sociology of masculinity. *Theory and society*, 14(5), 551-604.
- Carrito, M., & Araújo, H. C. (2013). A "palavra" aos jovens: a construção de masculinidades em contexto escolar. *Educação, Sociedade & Culturas*, (39), 139-158.
- Coll-Planas, G. (2010). Introdução. In M. Missé & G. Coll-Planas (Eds.). *El género desordenado: Críticas en torno a la patologización de la transexualidad* (pp. 15-25). Barcelona: Egales.
- Coll-Planas, G., & Missé, M. (2014). "Me gustaría ser militar". Reproducción de la masculinidad hegemónica en la patologización de la transexualidad. *Prisma Social*, (13), 407-432.
- Coll-Planas, G., & Missé, M. (2015). La identidad en disputa. Conflictos alrededor de la construcción de la transexualidad. *Papers*, 100(1), 35-52.
- Connell, R. W. (1987). *Gender and power*. Society, The Person and Sexual Politics, California.
- Connell, R. W. (2005). *Masculinities* (2 ed.). Polity.
- Crenshaw, K. (2005). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. In M. Albertson Fineman & R. Mykitiuk (Eds.), *The Public Nature of Private Violence* (pp. 93-118). New York: Routledge.
- Derrida, J. (1973). *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva S. A.
- Derrida, J. (1998). *Margens da filosofia*. Campinas, SP: Papirus.
- Diamond, L. M., Pardo, S. T., & Butterworth, M. R. (2011). Transgender experience and identity. In Schwartz, S. T, Luyckx, K., & Vignoles, V. L. (Eds.). *Handbook of identity theory and research* (pp. 629-647). New York, NY: Springer.
- Diário da República Eletrónico. *Lei n.º 38/2018*. Obtido em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/115933863/details/maximized>
- Ekins, R., & King, D. (1999). Towards a sociology of transgendered bodies. *The Sociological Review*, 47(3), 580-602.
- Fausto-Sterling, A. (1993). The five sexes. *The sciences*, 33(2), 20-24.

- Feinberg, L. (1992). *Transgender liberation: A movement whose time has come*. New York, NY: World View Forum.
- Ferreira, G. G. (2014). A prisão sobre o corpo trans: gênero e significados sociais. In *Transfeminismo: Teorias e Práticas*, in J. G. Jesus (ed.), 108-123. Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Foucault, M. (1990). *The history of sexuality: An introduction*. New York: Vintage.
- Freitas, R. V. (2014). *Homens com T maiúsculo. Processos de identificação e construção do corpo nas transmasculinidades*. (Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte).
- Gottzén, L., & Straube, W. (2016) Trans masculinities, *Norma*, 11(4), 217-224, DOI: 10.1080/18902138.2016.1262056
- Grave, A. R. G. (2016). *Desidentificações de gênero: discursos e práticas*. Master's thesis, Universidade do Porto.
- Grave, R., Teixeira, T., Teixeira, P., Marques, A. M., & Nogueira, C. (no prelo). A meta-synthesis of the studies of men's sexual behavior through the lens of hegemonic masculinity. *PSICOLOGIA*.
- Green, J. (2005). Part of the package: Ideas of masculinity among male-identified transpeople. *Men and Masculinities*, 7(3), 291-299.
- Halberstam, J. (1998). *Female masculinity*. Duke University Press.
- Haraway, D. (1988). Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist studies*, 14(3), 575-599.
- Hearn, J. (2004). From hegemonic masculinity to the hegemony of men. *Feminist theory*, 5(1), 49-72.
- Hird, M. J. (2000). Gender's nature: Intersexuality, transsexualism and the 'sex'/'gender'binary. *Feminist theory*, 1(3), 347-364.
- Holter, O. G. (2005). Social theories for researching men and masculinities: direct gender hierarchy and structural inequality. *Handbook of studies on men and masculinities*, 15-34.
- Jesus, J. G. (2014). Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas Humanística*, (78), 241-257.
- Jourian, T. J. (2017). Trans* forming college masculinities: carving out trans* masculine pathways through the threshold of dominance. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 30(3), 245-265.

- Kimmel, M. S., & Messner, M. A. (1989). *Men's lives*. New York: Macmillan.
- Koyama, E. (2003). The transfeminist manifesto. In Dicker, R., & Piepmeier, A. (Eds.) *Catching a wave: Reclaiming feminism for the 21st century*, (pp. 244-259). Northeastern University Press.
- Louro, G. L. (2001). Teoria queer-uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 541-553.
- Marques, A. M. (2011). *Masculinidade e Profissões: discursos e resistências*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mattos, A. R. & Cidade, M. L. R. (2016). Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus* 1(5), 132-153.
- Missé, M. (2014). *Transexualidades: Outras Miradas Posibles* (2 ed.). Barcelona, Madrid: egales editorial.
- Monteiro, A. A. (2018). *Homens que Engravadam: Um Estudo Etnográfico sobre Parentalidades Trans e Reprodução*. PhD diss., Universidade Federal da Bahia.
- Nogueira, C. (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género. Perspectiva feminista crítica na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nogueira, C. (2013). A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de "novas possibilidades" no projeto de uma psicologia feminista crítica. *Práticas Sociais, políticas públicas e direitos humanos*.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador da Bahia: Editora Devires.
- Notícias STF (2018). *STF Reafirma Direito De Transgêneros De Alterar Registro Civil Sem Mudança De Sexo*. Obtido em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386930>
- Nunes, L. R. (2016). *Metamorfoses: identidades e papéis de género. Um estudo com Transhomens*. Master's thesis, Universidade de Évora.
- Oliveira, A. L. (2014). Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In J. G. Jesus (Ed.). *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (pp. 87- 105). Rio de Janeiro: Metanoia Editora.
- Oliveira, J. M. (2010). Orientação sexual e identidade de género na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e queer. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 19-44). Lisboa: CIG.

- Oliveira, J. M. D., & Amâncio, L. (2002). Liberdades condicionais: o conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (40), 45-61.
- Pinho, A. R., Rodrigues, L., & Nogueira, C. (2020). (Des)Construção da Parentalidade Trans*: Homens que Engravidam. *Revista ex aequo*.
- Platero, R. L. (2014). *Trans*exualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: edicions bellaterra.
- Preciado, P. B. (2019). *Manifesto Contra-Sexual*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Rabelo, A. O. (2010). Contribuições dos estudos de género às investigações que enfocam a masculinidade. *Ex aequo*, (21), 161-176.
- Rodrigues, L. G. F. (2016). *Viagens trans (género) em Portugal e no Brasil: uma aproximação psicológica feminista crítica*. PhD diss., Universidade do Porto.
- Rodrigues, L., Carneiro, N. S., & Nogueira, C. (2018). Problematização do feminismo interseccional: o lugar das pessoas trans (género) no Brasil e em Portugal. In Tavares, M. & Sales, T. (Eds.) *Seminário múltiplas discriminações – Projeto memória e feminismos*, (pp. 33-55). Lisboa: UMAR.
- Rubin, H. (2003). *Self-made men: Identity and embodiment among transsexual men*. Vanderbilt University Press.
- Santos, L. (2015). Homens e expressão emocional e afetiva: vozes de desconforto associadas a uma herança instituída. *Configurações. Revista de sociologia*, (15), 31-48.
- Shields, S. A. (2008). Gender: an intersectionality perspective. *Sex roles*, 59, 301-311.
- Schilt, K. (2010). *Just one of the guys?: Transgender men and the persistence of gender inequality*. University of Chicago Press.
- Schrock, D., & Schwalbe, M. (2009). Men, masculinity, and manhood acts. *Annual review of sociology*, 35, 277-295.
- Stryker, S. (2008). Transgender history, homonormativity, and disciplinarity. *Radical History Review*, 2008(100), 145-157.
- Tedesco, C. (2019). *Não se nasce homem, torna-se*. Obtido em: <https://pensantesfragmentos.wordpress.com/2019/05/06/nao-se-nasce-homem-torna-se/>
- Teixeira, T. R. F. (2016). *Entre o humano e a normatividade: uma analítica queer em torno do (não-) binarismo de género*. Master's Thesis, Universidade do Porto.
- Vala, J. (Ed.) (1999). *Novos racismos: Perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta.

- Vegter, V. (2013). Conceptualizing masculinity in female-to-male trans-identified individuals: A qualitative inquiry. *Canadian Journal of Counselling and Psychotherapy/Revue canadienne de counseling et de psychothérapie*, 47(1).
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.
- World Health Organization (2019). *ICD-11: International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems*. Obtido em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>

ANEXOS

ANEXO 1. Caracterização dos Participantes

Participante	Idade	Residência	Auto identificação	Orientação Sexual	Pertença racial	Habilitações Literárias	Ativismo
E1PT	20	Porto, Portugal	Não tem preferência	Heterossexual	Branco	Curso técnico superior profissional	Não
E2PT	25	Viana do Castelo, Portugal	Homem	Não define	Branco	Licenciatura	Não
E3BR	24	Porto Alegre, Brasil	Homem trans	Bissexual	Branco	Bacharelado	Sim
E4BR	27	Porto Alegre, Brasil	Homem trans	Gay	Branco	Frequenta o ensino superior	Não
E5BR	26	Porto Alegre, Brasil	Homem trans	Gay	“Pardo”	Bacharelado	Sim
E6BR	36	Porto Alegre, Brasil	Homem trans	Heterossexual	Branco	Pós-graduação	Sim
E7BR	36	Porto Alegre, Brasil	Homem trans	Não define	Negro	Frequenta o ensino superior	Sim
E8BR	28	Porto Alegre, Brasil	Homem trans	Heterossexual	Negro de “pele clara”	Frequenta o ensino superior	Não
E9PT	25	Porto, Portugal	Não tem preferência	Heterossexual	Branco	Curso técnico superior profissional	Não
E10PT	18	Lisboa, Portugal	Homem trans	Pansexual	Branco	Ensino secundário	Sim
E11PT	19	Lisboa, Portugal	Homem trans	Pansexual	Branco	Ensino secundário	Sim
E12PT	19	Lisboa, Portugal	Não tem preferência	Bissexual	Branco	Frequenta o ensino secundário	Não

ANEXO 2. Guião de entrevista

I

1. Sabemos que há várias designações usadas para as pessoas trans no seu geral, como transexuais, transgénero, entre outras, e que diferentes pessoas podem adotar ou rejeitar alguns destes termos. Acha que estas designações fazem sentido? Porquê? Acha que há diferenças entre elas? Porquê? Se sim, para si, qual é o significado de cada uma delas? Para si, faz sentido escolher alguma ou várias destas designações? Porquê?
2. Para si ser trans foi um processo continuo ao longo da sua vida ou houve algum momento que marcou esse processo? Fale-me desse momento e/ou desse processo. Como foi vivendo esse processo? Foi um caminho solitário ou com referências? Teve alguma rede de suporte?

II

3. Falando agora sobre as ideias de homem e de mulher, estas noções/categorias fazem sentido? Para si, há coisas que nascem connosco e que nos definem como homens ou como mulheres? Ou não nascemos com essas definições e vamo-nos construindo como tal ao longo da vida? O que pensa e sente sobre isso?
4. Ao longo da sua vida estas noções (de homem ou de mulher) foram-se transformando/mudando? Se sim que mudanças ocorreram. Fale-me um pouco dessas mudanças. [Sentiu ao longo dessas mudanças que tinha que ir contra as regras sociais ou as normas que dizem o que é “homem”, “mulher” / “masculino”; “feminino”?]
5. Depois disto tudo, gostava que partilhasse comigo então o que é para si ser um homem? E um homem trans? Como se vê nesta identidade? Pode-me contar um pouco sobre o seu processo, sobre as suas vivências? Considera-se uma pessoa masculina? O que é para si ser masculino? Fale-me um pouco do que sente em relação a isso, as suas vivências, experiências...

III

6. Desde muito cedo são criadas expectativas e ideias feitas acerca do que um rapaz ou uma rapariga podem ou não fazer, sentir, pensar... Acha que estes padrões e estes papéis de género tradicionais influenciaram/influenciam as suas vivências e expressões? Como? Pode-me falar um pouco sobre isto?
7. A masculinidade hegemónica pode ser definida como o conjunto de práticas perpetradas por homens que mantêm as mulheres submissas a estes, perpetuando o machismo. Está também relacionada com esta ideia acerca do que é um “homem verdadeiro”, resultando muitas vezes em comportamentos nocivos e violentos. Gostaria que partilhasse comigo, se se sentir confortável, se sente alguma pressão para se conformar com este tipo de masculinidade. Se sim, como? Adotar este tipo de comportamentos pode servir algum propósito no seu dia-a-dia [questões de segurança, afirmação de identidade, etc.]? Sente necessidade disso ou é algo mais imposto socialmente? Pode-me falar mais sobre as suas experiências?

IV

8. Teve alguma situação em que ser ou não percebido como trans lhe trouxe desconforto ou “bem-estar”? [O “passing” - não ser percebido como trans] Gostaria de saber qual a sua perspetiva sobre as situações de passing, através das suas vivências e experiências.

V

9. Se se sentir confortável em dizer-me, recorreu a alguns serviços de saúde no âmbito de processos de mudanças corporais e/ou hormonais? Se sim, quais? Que profissionais? Como foi essa experiência para si?
10. Como foi a sua experiência nesses serviços, com esses/as profissionais? Especificamente enquanto homem trans... Como foi a intervenção? Fale-me dessas experiências. [Havia narrativa específica que sentia que tinha que dar? Sentiu que a sua experiência era valorizada? Como os/as profissionais se posicionavam

relativamente às transexualidades? Como se sentiu e o que pensou relativamente a esse posicionamento?]

VI

11. Deseja acrescentar mais alguma informação? Acha que ficou algo por dizer? Pode falar do que sentiu que seja importante acrescentar. Gostaria que me falasse também do que sentiu ao realizar esta entrevista (dificuldades/ constrangimentos, bem-estar...).

Agradecimentos.

ANEXO 3. Consentimento Informado e Compromisso de Confidencialidade

Eu, _____,

declaro ter sido informado/a sobre o estudo a decorrer na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, um projeto que visa recolher informações, experiências e vivências acerca das questões associadas com as masculinidades de homens trans. Fui convidado/a a participar de um projeto de investigação que resultará na produção científica final de uma Dissertação de Mestrado da aluna Matilde Soares, sob a orientação científica da Professora Doutora Conceição Nogueira e da Professora Doutora Liliana Rodrigues. Declaro, ainda, ter sido informado/a que o referido estudo se trata de um elemento meramente académico, enquadrando-se no âmbito de uma investigação em desenvolvimento.

Mais fui informado/a que todos os dados e esclarecimentos recolhidos são estritamente confidenciais, estando garantido o seu sigilo e anonimato, pelo que serão apenas usados para fins de investigação científica, de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho). Apenas a equipa de investigação terá acesso aos dados resultantes da entrevista, a saber, a aluna no âmbito do trabalho de Mestrado e as suas orientadoras em supervisão científica, previamente apresentadas.

Foram-me prestadas todas as informações relacionadas com os objetivos e procedimentos do estudo, e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. Além disso, fui informado/a de que tenho o direito de recusar, em qualquer altura, a minha participação neste estudo. Fui ainda informado/a de que terei acesso a todas as publicações resultantes do projeto e que se relacionem com a minha colaboração no mesmo.

Nos termos expostos e encontrando-me consciente dos objetivos do estudo e da entrevista, declaro expressamente autorizar o registo áudio da mesma, por forma a permitir a sua posterior análise e interpretação de conclusões. Aceito, também, que minhas respostas sejam posteriormente utilizadas para publicação científica.

É possível contactar a investigadora Matilde Soares através do correio eletrónico matildesoaresbc@hotmail.com para esclarecimento de questões associadas com a investigação.

Participante: _____

Local: _____ **Data:** _____

Investigadora: _____

Local: _____ **Data:** _____

ANEXO 4. Registo Sociodemográfico

Idade: _____

Auto-identificação sexo (relativamente ao que geralmente se considera o sexo, que seria a parte corporal/biológica que as pessoas entendem como masculino e como feminino, atribuído à nascença): _____

Auto-identificação género (relativamente às questões sociais, do que se vê socialmente como homem ou mulher ou outro): _____

Escolaridade: _____

O que faz profissionalmente: _____

Experiência associativa: se sim, em que tipo de lutas/ associações? _____

E-mail: _____

Informação complementar: _____

ANEXO 5. Mapa Temático da Análise detalhado

